

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

SAMUEL MARCOS PEREIRA SOUZA

**QUEM NÃO FAZ, TOMA: FUTEBOL, DITADURA E IMPRENSA NO BRASIL
(1968-1970)**

**Ribeirão Preto
2022**

SAMUEL MARCOS PEREIRA SOUZA

**QUEM NÃO FAZ, TOMA: FUTEBOL, DITADURA E IMPRENSA NO BRASIL
(1968-1970)**

Trabalho de conclusão de curso em História do Centro Universitário Barão de Mauá, para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Me. Yuri Araujo Carvalho.

Ribeirão Preto

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

S718q

Souza, Samuel Marcos Pereira

Quem não faz, toma: futebol, ditadura e imprensa no Brasil (1968-1970)
/Samuel Marcos Pereira Souza - Ribeirão Preto, 2022.

64p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário
Barão de Mauá

Orientador: Me. Yuri Araújo Carvalho

1. Futebol 2. Ditadura 3. Imprensa I. Carvalho, Yuri Araujo II. Título

CDU 94:316.75

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

SAMUEL MARCOS PEREIRA SOUZA

**QUEM NÃO FAZ, TOMA: FUTEBOL, DITADURA E IMPRENSA NO BRASIL
(1968-1970)**

Trabalho de conclusão de curso em História do Centro Universitário Barão de Mauá, para obtenção do título de licenciado.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Me. Yuri Araujo Carvalho

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Dra. Milena da Silveira Pereira

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Me. Lucas Sola Losa

Universidade São Paulo (USP) – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2022

Dedico esse trabalho a minha mãe e irmã.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, teço meus agradecimentos a todos os meus familiares que sempre me apoiaram e estiveram ao meu lado me dando suporte para seguir em frente e enfrentar todas as adversidades da vida. Sobretudo, gostaria de agradecer a quatro mulheres batalhadoras e guerreiras a qual possuo um enorme carinho e admiração, e, que se não fosse por elas, hoje não seria quem sou e muito menos conseguiria estar realizando esse sonho: minha avó Dona Geralda; minha mãe Magna; minha irmã Isabela; e a minha companheira Maria Eduarda. Mesmo diante das dificuldades e desafios da vida, essas quatro nunca desanimaram e sempre fizeram de tudo por mim e pela minha educação, sempre me ensinaram o caminho do justo e do correto e, principalmente, nunca deixaram faltar o essencial para nossa família: amor, carinho, respeito e amizade. Por isso, não há outra forma de iniciar esse trabalho se não agradecendo a elas.

Aos camaradas de luta, agora, também companheiros profissão, que me ajudaram imensamente e estiveram juntos ao longo desses quatro anos enfrentando as angústias, os desesperos e ansiedades quase onipresentes na graduação. Para além das adversidades, também sempre foram grandes amigos e companheiros, alegrando e dando ainda mais sentido as noites de estudo e a essa experiência discente. Assim, gostaria de um agradecimento especial aos camaradas: Caio, Derick, Gabriel e Muiraquitã, não só pelo respeito profissional, mas pela amizade dentro e fora da universidade, por todas as conversas, ensinamentos, trabalhos feitos em conjunto e, principalmente, as experiências de campo realizadas no Felloni. Vocês são excelentes pessoas e tenho certeza que serão professores melhores ainda.

Aos professores do Ensino Médio, Ramires Carvalho e José “Zé” Carlos que, mesmo em se tratando de um aluno mediano de escola pública sem grandes pretensões acadêmicas, apostaram e acreditaram em mim, me mostraram o valor do conhecimento e despertaram meu interesse e carinho pela História. Agradeço imensamente aos dois, e se hoje consigo “me perceber”, sem dúvidas é graças a eles.

Por fim, um agradecimento mais que especial para o meu orientador, professor e também amigo Yuri Araujo Carvalho. Agradeço pela paciência, educação, correções, dicas e ensinamentos que, muitas das vezes, extrapolavam os muros da universidade e se davam enquanto lições de vida que certamente carregarei comigo

para sempre. Além de um ótimo professor/pesquisador, é uma excelente pessoa. Sem dúvidas é, e sempre será, uma grande referência para mim. A todos vocês o meu carinho e meus mais sinceros: muito obrigado!

“O que chamamos de glória, é a soma de mal-entendidos em torno de um homem e de uma obra”

(Rainer M. Rilke)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar as relações entre o futebol, a ditadura civil-militar e a imprensa entre os anos de 1968 e 1970, no Brasil. Sustentamos a hipótese segundo a qual os aparelhos hegemônicos controlados pela classe dominante atuaram decisivamente para alavancar sentimentos de ufanismo, otimismo e engajamento em relação ao regime, em contraposição aos desmandos, violências e coerções promovidos ao longo dos chamados “anos de chumbo”. Desta forma, é possível chegarmos a compreensão na qual o futebol, através da imprensa esportiva e da CBD, se apresentava aos militares como um dos pilares centrais do projeto ditatorial nacional, ao passo que, o sucesso da seleção canarinho dentro das quatro linhas assegurava uma certa estabilidade política ao regime, bem como pavimentava caminhos para a construção de uma imagem positiva do mesmo. A pesquisa dialoga com o arcabouço teórico-conceitual desenvolvido por Antonio Gramsci e seus comentadores, com especial atenção para as noções de hegemonia, sociedade política e sociedade civil, aparelhos privados de hegemonia, homem coletivo, entre outras, as quais são mobilizadas para o escrutínio de fontes artísticas e documentais produzidas e/ou absorvidas, à época, pela grande imprensa e por aparelhos governamentais à serviço do binômio coerção/consenso. Acreditamos que a monografia contribuirá, acadêmica e socialmente, para o esclarecimento de ações, estratégias e mecanismos ainda vigentes (e mobilizáveis) por conformações governamentais autoritárias.

Palavras-chave: Futebol. Ditadura. Imprensa.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship between football, the civil-military dictatorship and the press between 1968 and 1970 in Brazil. We support the hypothesis according to which the hegemonic apparatuses controlled by the dominant class acted decisively to leverage feelings of pride, optimism and engagement in relation to the regime, in opposition to the excesses, violence and coercion promoted throughout the so-called “years of lead”. In this way, it is possible to arrive at an understanding according to which football, through the sports press and the CBD, was presented to the military as one of the central pillars of the national dictatorship project, while the success of the “canarina” selection within the four lines it ensured a certain political stability to the regime, as well as paving the way for the construction of a positive image of the regime. The research dialogues with the theoretical-conceptual framework developed by Antonio Gramsci and his commentators, with special attention to the notions of hegemony, political society and civil society, private devices of hegemony, collective man, among others, which are mobilized for scrutiny from artistic and documentary sources produced and/or absorbed, at the time, by the mainstream press and by government apparatuses at the service of the binomial coercion/consensus. We believe that the monograph will contribute, academically and socially, to the clarification of actions, strategies and mechanisms still in force (and mobilized) by authoritarian government structures.

Keywords: Football. Dictatorship. Press.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pra frente com as feras	48
Figura 2 – A festa do rei	50
Figura 3 – Brasil 70 3 x 1 Uruguai 50	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 AQUECIMENTO	16
2.1 Futebol, Estado e Nacionalismo	19
2.2 Futebol, ditadura e copa do mundo: os casos da Argentina e da Itália	23
3 ROLA A BOLA	30
3.1 Getúlio Vargas é o nome do árbitro da partida	31
3.2 A bola e o chumbo	35
4 E VAMOS PARA OS 45 MINUTOS FINAIS	42
4.1 Ao vivo e a cores	44
4.2 Bola no pé e na cabeça	47
4.3 Salve a seleção	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Tal como Carlos D. de Andrade, “confesso que o futebol me aturde, porque não sei chegar até seu mistério... Sua magia opera com igual eficiência sobre eruditos e simples, unifica e separa como as grandes paixões coletivas” (ANDRADE, 2002, p. 28). Ao trabalhar com o futebol, vejo-me diante de múltiplos intentos, frente às diferentes faces do esporte (políticas, econômicas, sociais, afetivas, etc.), cujas fronteiras, muitas vezes, possuem demarcações pouco definidas, estáticas e/ou únicas. Pelo contrário, na verdade parecem manter complexas relações entre si: multiplicidade e singularidade, coerências e dissonâncias, lógicas e afetivas, tudo a um só tempo. Aparentemente, após o apito inicial, dificilmente a bola para de rolar.

Assim, nossa pesquisa debruça-se sobre a investigação do futebol e da Seleção brasileira, durante a Copa do Mundo de 1970, de modo a perceber suas articulações e contribuições político-ideológicas com o Estado ditatorial brasileiro, instituído após o golpe civil-militar de 1964. Mais do que avaliar se o futebol compôs, ou não, os aparatos ideológicos que deram sustentação e legitimaram as ações coercitivas do regime, nossas reflexões caminham no sentido de compreender a construção material e simbólica que permitiu aos militares, não só uma indissociável aproximação do governo à seleção tricampeã mundial, como também proporcionou todo um ambiente nacional ufanista/otimista de desenvolvimento e amor pátrio. Portanto, não se trata exclusivamente de perguntar “se”, mas “como” ocorreu o entrelaçamento político-esportivo durante o auge da repressão ditatorial e “quais” seus impactos políticos, econômicos e sociais, tanto para o regime quanto para a população brasileira.

A princípio, a hipótese inicial a qual buscávamos defender e cujas fontes orientavam nossa pesquisa, limitavam-se a compreensão do futebol enquanto instrumento político que se destinava a ofuscar as ações repressivas do Estado e fortalecer um nacionalismo pré-existente e bastante solidificado no cenário ditatorial brasileiro. Todavia, embora seja possível verificar fragmentos dessa concepção ao longo da pesquisa, seus desdobramentos superaram as antigas demarcações, de modo a explorar as bases do nacionalismo que se expressam através do futebol e suas novas configurações durante a Ditadura Civil-Militar, atrelado à uma conjuntura de suposto desenvolvimento e intensa repressão civil.

Longe de se destacar pelo ineditismo, esse trabalho foi elaborado no sentido de contribuir e agregar às discussões acadêmicas já em curso sobre a temática futebolística brasileira – porém, acrescentando ao debate abordagens conceituais-metodológicas pouco exploradas neste campo.

Tratando-se do esporte mais popular do mundo, cujas dimensões históricas e socioculturais no Brasil encontram-se intimamente relacionadas à identidade de uma nação, compreender suas implicações e articulações políticas significa interpretar o povo brasileiro em seus aspectos mais simples e cotidianos. Se antes o futebol era tido pura e simplesmente como um jogo, sem grandes relevâncias do ponto de vista social e/ou acadêmico, nosso trabalho vem no sentido oposto a essas concepções, frisando a importância que o esporte assume no contexto brasileiro como “mapa cultural” de um povo por onde é possível trilhar os fundamentos históricos que solidificaram uma ideia de nação, com base em uma relação mútua de vínculos emocionais e controle social (GIULIANOTTI, 2010). Tal como afirma M. Guterman, acreditamos que “o futebol explica o Brasil”, ou pelo menos é uma das lentes possíveis para se compreender a dinâmica do país a partir de estruturas de classes, étnico-raciais, políticas e demais contribuições possíveis; daí a beleza e o significado de se tentar entendê-lo (GUTERMAN, 2009).

Para compreender o binômio futebol e ditadura, trabalhamos com as contribuições advindas do filósofo italiano Antonio Gramsci e seu conceito de “hegemonia”. A pertinência do conceito em nossa análise decorre de que “a noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda” (ALVES, 2010, p. 71).

Apesar da complexidade da definição conceitual, a “hegemonia”, segundo Gramsci, seria o conjunto das funções de domínio e de direção de uma classe socialmente dominante sobre outra, capaz de estruturar o campo de luta com base em determinadas frentes de intervenção, tendo em vista a construção de uma visão de mundo unitária que, não necessariamente se dá como reflexo exclusivo da estrutura econômica, mas que passa pela condição unitária entre estrutura e superestrutura, ou seja, a afirmação e consolidação dos interesses de uma classe que é política e economicamente dominante (ALVES, 2010).

Neste contexto, Gramsci amplia a noção de Estado que, segundo o autor, “é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão do próprio grupo” (GRAMSCI, [entre 1926 e 1934], p. 1584 *apud* BIANCHI, 2018, p. 175).

Estado é, aqui, entendido como o conjunto formado pela Sociedade Política (“aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção, sobre aqueles que não consentem nem ativa nem passivamente” [BIANCHI, 2018, p. 177-178]) e Sociedade Civil (“conjunto de organismos vulgarmente chamados ‘privados’” [BIANCHI, 2018, p. 178-179]). Nesses, “é importante destacar seu caráter material, como faz Gramsci no já citado Caderno 6”, ou seja, “utilizando de modo preciso as expressões ‘aparelho hegemônico de um grupo social’ [...] e ‘aparelho ‘privado’ de hegemonia’” (BIANCHI, 2018, p. 179).

De modo resumido, mas não menos significativo, articulamos a concepção clássica de “hegemonia”, proposta por Gramsci, enquanto combinação entre coerção e consenso, que estabelecem entre si uma relação dialética de unidade-distinção, formatadas no interior de um Estado Integral, composto pelas sociedades política e civil:

O Estado é marcado dessa maneira pela presença de elementos que mantêm entre si uma relação tensa de distinção, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico; pelo contrário, cada um molda e até mesmo reforça o outro (BIANCHI, 2018, p. 189).

Para nossa pesquisa, a validade do arcabouço teórico gramsciano concerne ao reconhecimento de que o poder, corporificado nas mais variadas modalidades de autoridade e coerção, acaba por envolver dimensões outras, para além do burocrático emprego da força e da violência – sobretudo quando pensamos as formas de dominação que envolveram a Ditadura Civil-Militar no Brasil.

Outro autor que nos ajuda a pensar a formação do nacionalismo brasileiro durante a ditadura, e que tinha o futebol como um dos pilares centrais desse processo, é o historiador brasileiro Carlos Fico. A partir do conceito de “otimismo”, Fico nos auxilia a identificar os mecanismos e as técnicas que orientavam a ação militar, cujo principal sonho era o Brasil grande, uma potência mundial. Para isso, era necessário não só afastar a ameaça comunista, como também conceber uma certa ideia de nação que conseguisse contemplar o conjunto da sociedade. Daí a necessidade de dispositivos comuns e que perpassava por todo e qualquer cidadão brasileiro, isto é, a nossa própria identidade, o “ser brasileiro” (mesmo que, para tal fim, fosse necessário inventá-lo) (FICO, 1997).

Afim de reconstituição histórica, nossa investigação é estruturada, basicamente, por fontes de conteúdo de caráter propagandístico. Primamos pela seleção de documentos da época que suscitavam, através da glória futebolística durante a Copa de 1970, a construção de um imaginário coletivo nacionalista e que fomentasse o clima ufanista de desenvolvimento, o que, conseqüentemente, aumentava a imagem positiva a qual os militares tentavam construir do regime. Deste modo, nossas análises se dão com base em manchetes de jornais, discursos televisivos, charges e músicas, todas produzidas ou associadas a AERP, órgão responsável pela propaganda do regime (FICO, 2001).

Nosso principal objetivo com essa pesquisa é compreender o papel desempenhado pelo futebol e a seleção brasileira, durante a Copa do Mundo de 1970, para o fortalecimento e autopromoção da imagem e dos planos do regime autoritário brasileiro, através da imprensa e da propaganda. Tangenciado as discussões, ainda buscamos identificar o robustecimento do nacionalismo brasileiro durante a Ditadura Civil-Militar e as formas pelas quais ele era introjetado pelo povo brasileiro, de modo a compreendermos não só as formas de dominação do regime, como os elementos que possibilitaram sua manutenção e consolidação.

Por fim, dividimos o trabalho em três momentos. No primeiro capítulo, fazemos um bate-bola conceitual a respeito da chegada do futebol no Brasil e sua difusão em massa; contudo, com certas ressalvas em relação à concepção do futebol enquanto característica inata da identidade brasileira, e já traçando um panorama histórico dessa concepção e suas implicações sociais e políticas.

Dialogando com o autor Eric J. Hobsbawm, também buscamos abordar certas concepções de “nação” e “nacionalismo”, tendo em vista compreender como essas categorias adentram e interagem no interior do universo futebolístico, sob a forma de Estados/governos, com interesses que, por vezes, se distanciam do que seria o fundamento do esporte: o povo (HOBBSAWM, 1990).

Para elucidar tal relação, abordamos os casos da Copa do Mundo de 1938, disputada na Itália, e capitalizada pelo regime fascista de Benito Mussolini como momento de expressão da identidade pátria; e o caso da Argentina de 1978, durante o chamado “Processo de Reorganização Nacional”, no qual o primeiro título mundial de futebol do país foi vivido pela população como símbolo de uma vitória essencial popular dos cidadãos argentinos.

Em ambos os casos, os países viviam sob as amarras de governos ditatoriais que se utilizavam do futebol como ferramenta política de valorização da nação e promoção dos regimes, enquanto uma parcela da população ainda sofria nas mãos do autoritarismo e da violência.

No segundo capítulo, já com foco voltado para o Brasil, traçamos uma breve contextualização da deflagração do golpe civil-militar de 1964. Porém, nossa ênfase principal neste capítulo foi abordar os aparatos e órgãos repressivos da ditadura, tendo em vista a formação de um Estado que se estabelecia e solidificava com base na coerção e no consenso.

O último capítulo debruça-se sobre o papel da propaganda na construção do consenso e legitimação do regime, com foco na marchinha “Pra frente Brasil” como retrato musical dessa construção otimista/ufanista a qual os militares tentavam solidificar desde 1964, e, que em 1970, com o suposto “milagre econômico” e a conquista do tricampeonato mundial, atingiu seu ápice de aceitação e proliferação em massa, mas que coincidia com o período mais repressivo da ditadura, conhecido como “anos de chumbo” (NETTO, 2014).

2 AQUECIMENTO

Desde sua chegada ao Brasil, no final do século XIX, e, sobretudo a partir da popularização em massa no século XX, o futebol passou a dispor de um papel de grande relevância no contexto nacional como a prática esportiva que – supostamente – melhor representa e solidifica a natureza democrática e multiétnica da nação brasileira. O futebol-arte, tão marcante e característico do modo de jogar dos brasileiros, seria a máxima cristalização desses pressupostos nacionais; a magia, a habilidade, o improviso e o talento demonstrariam como a união das três matrizes formadoras do Brasil – portugueses, africanos e indígenas – possibilitaram a construção de um jeito único de praticar o esporte, inato aos brasileiros, uma manifestação autêntica e exclusiva da brasilidade. Nesse sentido, o futebol seria, essencialmente, a materialização esportiva da identidade nacional.

Do ponto de vista sociológico, tal concepção encontra um de seus principais suportes conceituais a partir das contribuições de Gilberto Freyre e sua noção de “democracia racial”. Sob égide da harmonia entre as três raças, Freyre inicia um movimento metodológico de análise do futebol, pautado naquilo que seria a substância última do esporte do povo: a democracia e a mestiçagem (BARRETO, 2004). Segundo a corrente democrática futebolística – que se sucedeu em confluência ao mito da “democracia racial” –, o esporte das multidões corresponde a um fenômeno sociocultural que transcende os limites das quatro linhas e incorpora-se nas estruturas de poder da sociedade canarina. Autores como Mauro Filho (1971), em “O negro no Futebol Brasileiro”, ou Roberto DaMatta (1994), em “Antropologia do Óbvio”, depositam sobre o futebol a função de propulsor da ascensão social das classes marginalizadas, as quais, através do esporte, “driblam” os impedimentos da hierarquia social e emancipam-se da estrutura de opressão capitalista.

Todavia, é aqui que devemos ater nossas atenções para aquilo que seriam as bases do nacionalismo que transversa o horizonte esportivo.¹ Lembremos que o futebol penetra no território brasileiro como retrato do expansionismo cultural e econômico das elites estrangeiras, destinado aos prazeres da aristocracia local. Ao

¹ Estudos mais recentes, como os do pesquisador Juliano Pizarro, postularam uma realidade segundo a qual, a partir do processo de globalização e dos consequentes fluxos migratórios de atletas, ampliaram-se as assimetrias e as desigualdades presentes no universo futebolístico, sobretudo quando pensamos a dinâmica de dominação Centro-Periferia, a intensificação da cultura de consumo, a midiaticização e a espetacularização do esporte (PIZARRO, 2021).

longo da história do seu desenvolvimento, entretanto, o esporte passou por uma série de mudanças e, em decorrência da ação e da luta de setores populares da sociedade – em especial nas décadas de 1920 e 1930 com a questão do “amadorismo marrom” –, passou a incorporar outras classes sociais que não somente as elites locais sob o esplendor dos seus desdobramentos, o que, para as camadas mais baixas da sociedade brasileira, representava sua própria condição de emancipação (GONÇALVES, 2014).

A dissociação do futebol aos valores exclusivos das classes dominantes, tão presentes e arraigados ao seu processo de formação histórica, seria exatamente o que inauguraria uma nova tônica social do esporte em solo nacional. Concebe-se, portanto, uma nova identidade para o esporte que não mais aquela restritiva e excludente de outrora, incompatível até mesmo com o novo momento político do país. À época (início do século XX), o futebol passou a ser concebido como um esporte justo, igualitário e, especialmente, do povo (FICO, 2001).

Ademais, não só de atributos históricos e simbólicos residiria o âmago futebolístico, mas a própria estrutura interna de funcionamento ressaltaria tais preceitos. O esporte carrega consigo características essenciais que contribuem fortemente para a popularização em massa, sendo uma das mais importantes a relativa simplicidade das regras, dos equipamentos e das técnicas corporais do jogo (GIULLIANOTTI, 2010).

Sua flexibilidade perante o tamanho do campo (podendo as partidas serem realizadas em quadras, ruas, praias e, até mesmo, nos quintais das casas), o tempo de duração (que pode estar condicionado, tanto ao número máximo de gols que uma equipe pode marcar durante a disputa, quanto a uma fração de tempo extraída da duração normal), o número de jogadores dentro de campo durante a competição (geralmente, ajustado de acordo com a infraestrutura onde se dá a realização) demonstrariam como a relação futebol-povo constitui o alvorecer da brasilidade (democracia + mestiçagem) (BARRETO, 2004).

Esse processo de “Gilbertização” – o qual decorre grande parte dos estudos sociológicos e historiográficos do futebol –, fomenta aspirações bastante “aventureiras”, por assim dizer, da sociedade brasileira; no entanto, tais estudos seriam pouco compatíveis com a real condição de supressão das populações periféricas no Brasil e dissonantes com relação aos novos moldes relacionais entre povo e poder que são criados (ou inventados) a partir de tal processo. A ideia de um

povo homogêneo, singular, hermético, que estabelece e compartilha entre si uma horizontalidade simbólica, que se efetiva em parâmetros práticos, é avessa tanto à historicidade das sociedades capitalistas, ou seja, aos conflitos e antagonismos de classe, quanto às raízes históricas pelas quais emergiu-se a ideia de nação brasileira: escravismo, colonialismo, extrativismo, etc. (FICO, 1997).

Transmutada para as quatro linhas, a alegoria da “democracia racial” se sustenta menos ainda. É certo que o caráter de massa futebolístico não versa sobre a natureza justa e diversa do esporte. Pelo contrário: sua abrangência perante os mais baixos substratos da sociedade corresponde a um reflexo da modernização e urbanização das localidades em vias desses processos, implicações da própria difusão da lógica capitalista:

[...] o processo de metropolização de algumas cidades, que fez do futebol um esporte especial, pois cumpria o papel de adaptar a população urbana ao ritmo industrial que se impunha; o aparecimento e a expansão da radiodifusão, que permitiu ao futebol chegar a mais pessoas e a lugares mais distantes; além das transformações na imprensa esportiva escrita, que aproximou ainda mais os torcedores (NEGREIROS, 1997, p. 1 apud MAGALHÃES, 2014, p. 22).

Segundo o sociólogo Richard Giulianotti, o “jogo tornou-se uma extensão arquitetônica do arquipélago industrial urbano. Os estádios pareciam fábricas perto da pequena extensão do hipódromo; as torcidas pareciam a mão de obra entrando nos portões das fábricas” (GIULLIANOTTI, 2010, p. 22).

Poderia, então, o futebol traduzir aquilo que a sociedade brasileira não é, e nem aspira ser, isto é, igualitária, externa aos mandos e desmandos do capital? Provavelmente, não. Mas, talvez, a pergunta a ser feita não seja essa, e sim: seria capaz o futebol de inventar aquilo que a sociedade aparenta ser? Se sim, como?

É evidente que o futebol se configura como produto da modernidade², sujeito aos mais diversos tipos de interesses e intervenções que permeiam seu contexto cultural, econômico e político; “a natureza das coisas não é senão seu nascimento em certos tempos e em certas circunstâncias que, sempre que são tais,

² O conceito de modernidade possui diversas interpretações e significados possíveis do ponto de vista teórico-conceitual, tudo a depender da corrente de pensamento a qual deriva respectiva conceituação. Por isso, compreendendo a natureza polissêmica do conceito, é necessário introduzir autores que discutam a profundidade e a abrangência da “modernidade”, tais como: BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2007; GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

as coisas nascem tais e não outras” (VICO, 1999, p.113). Assim, o futebol também não conseguiu escapar das armadilhas que visavam sua captura. Muitos governos – democracias e ditaduras –, frente à popularidade do esporte, utilizaram o futebol como instrumento político para alavancar seus respectivos projetos de poder. De acordo com a autora Livia Gonçalves Magalhães, “foi o crescimento como espaço de sociabilidade que o transformou também em espaço de interesses políticos” (MAGALHÃES, 2014, p. 23).

Tendo isso em mente, neste capítulo abordaremos alguns casos como o da Itália durante a Copa de 1934 e o da Argentina durante a Copa de 1978, que demonstram como a incorporação e a instrumentalização futebolística, por parte de Estados autoritários, comportam, em termos gramscianos, uma “dupla perspectiva”: “relação dialética de unidade-distinção entre força e consenso” (BIANCHI, 2018, p. 187), ou, para sermos ainda mais féis aos trabalhos de Gramsci, como o Estado, encorajado de “hegemonia” (coerção e consenso), emprega a gama de sentimentos, paixões e ações que orbitam o universo futebolístico como aparelho hegemônico de um grupo social, isto é: ferramenta de legitimação das ações excessivas do Estado e, em certa medida, também tornado um mecanismo de governabilidade ditatorial, ou seja, parte integrante de um determinado projeto de poder.

Segundo Álvaro Bianchi, a luta de hegemonias não é apenas luta entre “concepções de mundo”, “ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as” (BIANCHI, 2018, p. 179). Acreditamos que a partir desse sobrevoo panorâmico em diferentes contextos e nações, poderemos, mais claramente, entender essa mesma relação de coerção e consenso, agora, sob o espectro da ditadura brasileira (cf. Capítulo 2).

Para iniciarmos essa jornada, é necessário que, antes de mais nada, entendamos um pouco do florescimento do sentimento nacionalista dentro do futebol e seus pontos de sustentação como espelho de uma imagem de nação.

2.1 Futebol, Estado e Nacionalismo

Muitas vezes, tende-se a acreditar que os esportes possuem uma pureza ontológica que os inibem das cobiças ou interesses que velejem sobre seu dorso; qualquer enfermidade que visasse ancorar nos limites da sua costa e arrotear as infinitudes do sertão, lastimavelmente, naufragaria, quase que de imediato, no início

do percurso. Significa dizer que o esporte, como se fosse uma ilha, conserva as benesses originais do seu ecossistema, do mesmo modo que as águas da decência e integridade que o cercam, vedam as investidas maliciosas.

Em termos práticos, trata-se de dizer que esporte e política não se misturam – sem que isso implique, necessariamente, nas querelas moralistas/maniqueístas do bem *versus* mal. Evidentemente, diversos pensadores, escritores e comentaristas do futebol discordam veementemente dessa concepção, como é o caso do jornalista Juca Kfourri. Segundo o autor, “futebol e política se misturam como água e sabão”, sendo o esporte, ainda de acordo com o mesmo, “a outra face da política” (CULT, 2017).

Entretanto, dizer que o futebol é um fenômeno político possui implicações bastante rasas e superficiais para critérios de investigação; como poderia o futebol ser apolítico, estando dentro e sendo orientado por uma estrutura política? Logo, a máxima “tudo é política” resolveria instantaneamente qualquer discussão precedente. O lócus da investigação futebolística não se encontra na ideia de política – genérica e simplista –, mas sim na noção de Estado-nação.

Mas afinal, o que é uma nação? Geralmente, ao falarmos de nação, adota-se certos critérios objetivos, como território, língua, etnia, tradição, ancestralidade e demais traços culturais que uma coletividade partilha entre seus membros, a fim de se definir o que viria a ser sua nacionalidade e os princípios do nacionalismo. Contudo, o historiador britânico Eric Hobsbawm, na obra “Nações e Nacionalismo”, propõe uma nova leitura de nação, considerando as transformações dos usos e dos sentidos que o conceito vem sofrendo ao longo da história, bem como a maneira pela qual os mitos e tradições nacionalistas agem no interior da unidade política do Estado, de modo a constituir o imaginário de nação (HOBSBAWM, 1990).

Para isso, Hobsbawm expõe as fragilidades existentes ao se tentar definir uma nação com base em critérios objetivos – citados anteriormente –, haja vista a mutabilidade histórica desses fundamentos que, longe de destacarem-se por predicados universais, carregam consigo, até certo ponto, uma carga de subjetividade e maleabilidade:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, foram feitas com base em critérios simples [...] Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que, dado que apenas alguns membros da ampla categoria de entidades que se ajustam a tais definições podem, [...], ser descritos como “nações”, sempre é possível descobrir exceções (HOBSBAWM, 1990, p. 14-15).

Neste sentido, poderíamos dizer que o britânico está pensando formas de classificar grupos ou pessoas que se identificam com uma certa nacionalidade, mesmo que não partilhem da religião, língua, cultura, tradição, herança histórica e padrões grupais de parentesco daquela nação. Quer dizer: a subjetividade possui espaço dentro da questão nacional?

O autor não sobrepõe a alternativa subjetiva como resposta direta as bases objetivas de outrora, pois, de acordo com o mesmo, negligenciaria os diferentes modos como as pessoas definem-se e redefinem-se enquanto membros de uma nação – algo que, pode ou não, pautar-se em predileções ou preferências individuais. Embora a consciência legitime a escolha de pertencimento, a ação compulsória, isto é, a influência do Estado, também se faz presente no ambiente autóctone. Ou seja, objetividade e subjetividade – ora conflitantes, ora harmônicas – podem coexistir no interior da nação e do nacionalismo:

As nações e seus fenômenos associados devem, [...] ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas, políticas e outras exigências. Por essa razão as nações são, [...], fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWM, 1990, p. 19-20).

Hobsbawm desvela questões centrais a respeito do debate nacionalista ao contemplar o conceito de nação sob a ótica dual. Se, conceitualmente, a nação é criada do alto, ou seja, a partir de interesses políticos, econômicos, administrativos, tais influências só podem ser compreendidas quando observadas de baixo, lugar no qual se desenvolvem as paixões, emoções, pertencimentos e, principalmente, local em que povos são transformados em nações. A constatare correlação de forças entre os de “cima” e os “de baixo” faz com que culturas preexistentes se transmutem em nações inventadas (ANDERSON, 2008), tendo como principal instrumento responsável o nacionalismo. Portanto, é necessário que se pense e analise a nação com base não no que ela é, mas naquilo que historicamente foi construído para que ela fosse.

Em direção a este destino, Hobsbawm enfatiza a importância dos mitos fundantes que dão sustentação ao nacionalismo, pois, nas palavras do historiador, “as

nações não formam o Estado e os nacionalismos, mas o oposto” (HOBBSAWM, 1990, p. 17), concluindo, assim, que as nações são produtos dos nacionalismos.

E como são criadas essas identidades nacionais? O conceito de “tradição inventada” possibilita-nos compreender como o sentimento nacional foi sendo forjado ao longo do tempo, através da formalização e ritualização dos símbolos, imagens, antagonismos e demais convenções que permeiam o cotidiano nacional, a fim de se estabelecer continuidades com o passado e exaltar uma noção ficcional de nacionalidade no presente. Por “tradição inventada” entende-se:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. [...], contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória (HOBBSAWM; RANGER, 2008, p. 10).

No espectro esportivo, ambos os conceitos – nações e nacionalismo – enunciam as razões e os fundamentos que viabilizaram a eficácia futebolística em inculcar sentimentos nacionalistas de pertencimento nos mais diversos atores nacionais – e que o fazem até os dias de hoje. A “nação inventada”, quando representada na figura da seleção nacional, parece mais realista, mais autêntica. No momento em que o juiz apita o início da partida e os jogadores rolam a bola, até mesmo o mais simples torcedor, o mais ordinário cidadão, converte-se no símbolo da nação; eis o momento em que a pátria calça suas chuteiras (VASCONCELLOS, 2011 apud MAGALHÃES, 2014).

Entretanto, essas exaltações e otimismo não devem ocultar a outra face da dimensão nacional. Se, de um lado, existem aqueles que se reconhecem e se identificam com dada manifestação nacionalista, de outro, encontram-se aqueles aos quais esta mesma estrutura cultural os convida a participar sob pena de exclusão e invalidação social caso não se encaixem ao quadro nacional (CHAUÍ, 1994).

Fica claro que no “bate bola” entre Estado-nação e Futebol existem entrelaçamentos nos quais são construídas associações, conjunções e cumplicidades bastante paradoxais entre os polos. Não se sabe ao certo quais são os limites de atuação de um sobre o outro, pois, se a força e o poder do Estado não assimilam

integralmente as paixões futebolísticas, pelo menos partes desses sentimentos podem ser capitalizados a um direcionamento político específico, como instrumento dirigente do Estado que conduz as diretrizes políticas e ideológicas de um projeto de poder autoritário – como é o caso dos países que abordaremos a seguir. Todavia, o movimento inverso também pode ser observado. Apesar de o futebol não se resumir ao Estado, é difícil imaginar um cenário esportivo no qual os interesses econômicos, propagandísticos, midiáticos não adentrem as quatro linhas, seja através dos clubes, jogadores, patrocinadores ou pela própria seleção nacional.

Mais uma vez os binômios “unidade-distinção” e “coerção-consenso” ganham notoriedade na discussão nacional e futebolística. É o nexo de relações entre governantes e governados, dirigidos e dirigentes, que torna possível identificar de modo mais preciso o processo de formação de uma personalidade histórica, de uma nacionalidade, de um sentimento nacional. Em síntese, de uma relação hegemônica entre sociedade política e sociedade civil (BIANCHI, 2018):

O Estado é marcado dessa maneira pela presença de elementos que mantêm entre si uma relação tensa de distinção, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico; pelo contrário, cada um molda e até mesmo reforça o outro (BIANCHI, 2018, p. 192).

O futebol pode servir a diversos senhores, a diferentes interesses, a muitos contextos; ele pode ser o vilão de um povo, o herói de outros, o calor que aquece as multidões após o gol no último minuto antes do apito final, ou a frieza que assola uma nação depois de uma derrota vexatória; ele pode ser o que é, ou o que querem que ele seja.

Na próxima parte do trabalho, abordaremos como essa relação de hegemonia (coerção e consenso) entre futebol e Estado, se fez presente em regimes ditatoriais, sob a luz do ápice futebolístico: a Copa do Mundo.

2.2 Futebol, ditadura e copa do mundo: os casos da Argentina e da Itália.

Para diversos países, a Copa do Mundo significa o ápice do nacionalismo, pois é durante o evento que nações passam a ser expressas na forma de jogadores e seleções nacionais. Cidadãos transvestem-se sob a roupagem de torcedores e todo um país é mobilizado pela atmosfera patriótica.

Segundo o antropólogo Arlei Sander Damo, “se o futebol é um importante

elemento de formação da identidade, as copas são momentos em que essa identidade se manifesta em relação ao ‘outro’” (DAMO, 2006 apud MAGALHÃES, 2014, p. 39), ou seja, uma condição de autoafirmação nacional que depende daquele que é diferente – o “outro” –, para que se estabeleçam as bases daquilo que se é em si mesmo.

Em grande medida, a consolidação semântica (o que alguma coisa é em si) passa pela negação sintática (o que alguma coisa não é) (MILS, 1959 apud GIULIANOTTI, 2010), em especial no futebol, onde os sentimentos mais fortes de identificação e pertencimento são ratificados, ao passo em que envolvem disputas duais.

Em todos os níveis de identificação por meio do esporte – jogadores, times, clubes, nações –, a rivalidade e a oposição estão incrustadas nas raízes ontológicas do jogo; como não se sentir mais brasileiro diante de um Brasil *versus* Argentina? Mais argentino frente à Argentina *versus* Uruguai? Ou mais italiano em face de uma disputa contra sua arquirrival Espanha?

Se retrocedermos ao início das primeiras realizações da Copa do Mundo, é possível notar que o nacionalismo e a rivalidade sempre se apresentaram como eixos centrais das disputas entre as nações. Contudo, antes da realização da primeira Copa – ocorrida em 1930 no Uruguai –, quem gozava de grande prestígio esportivo no contexto mundial eram os Jogos Olímpicos, muito em função da hierarquização entre as nações que decorria dos sucessos ou fracassos performáticos em cada modalidade, o que fomentou ainda mais o nacionalismo da época. Entre 1908 e 1928, uma união entre a recém-criada *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol), fundada em 1904, e o COI (Comitê Olímpico Internacional) fez com que o futebol passasse a integrar o quadro esportivo das Olimpíadas, e a modalidade foi considerada como torneio oficial da FIFA (MAGALHÃES, 2014).

Esse subterfúgio associativo, todavia, não ofuscava os planos esportivos da FIFA, que sempre demonstrou grandes interesses em realizar sua própria competição oficial de maneira unilateral. Porém, com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918) e a grave crise política e econômica que assolou a Europa ao término do conflito, esses objetivos foram, basicamente, derrotados no *front* – pelo menos temporariamente (MAGALHÃES, 2014).

Após uma série de desavenças entre FIFA e COI a respeito da questão do

amadorismo contra o profissionalismo dos jogadores, em 1928, o futebol deixou de integrar o quadro de modalidades dos jogos Olímpicos e a FIFA decidiu, no seu 18º Congresso, realizado em Amsterdã, criar a sua própria competição (MAGALHÃES, 2014).

É válido ressaltar que neste período entre guerras, que marca o nascimento do maior campeonato de futebol do mundo, entraram em cena dois grandes personagens cruciais para o pulsar da efervescência nacionalista. O primeiro, evidentemente, foi o esporte, “que como espetáculo de massa foi transformado numa sucessão infindável de contendidas, onde se digladiavam pessoas e times simbolizando Estados-nações” (HOBSBAWM,1990, p .170). O segundo foi a disseminação dos meios de comunicação em massa, ou seja: rádio, imprensa e cinema. “Por esses meios as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas, quanto podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados” (HOBSBAWM,1990, p. 170).

Com a confirmação, em 1929, da realização da primeira Copa do Mundo sediada no Uruguai, iniciou-se um movimento de instrumentalização futebolística, intimamente associado ao poder massivo da propaganda e da imprensa. Compreendendo a importância supranacional que o futebol poderia exercer através da realização de uma Copa do Mundo, a corrida para saber quem seria o anfitrião do espetáculo e quem se consagraria o grande campeão, tornou-se a mais importante missão dos países que pretendiam se autoproclamar como potências mundiais, pois vencer tal competição, ainda mais em seu próprio território, significaria mostrar ao mundo o quão superior em termos políticos e econômicos seria aquela nação, o que se traduz na eficácia dentro dos gramados (MAGALHÃES, 2014).

Na realização da segunda edição do campeonato, em 1934, a Itália foi escolhida como país-sede, após uma série de protestos e boicotes dos países europeus que não concordaram com a escolha do Uruguai como anfitrião da edição anterior (MAGALHÃES, 2014). Nesse período, a Itália vivia sob o regime fascista de Benito Mussolini, que em face a popularidade e abrangência mundial do futebol, utilizou-se do evento como espaço para disseminação de sua propaganda político-ideológica. Para que alcançasse esse objetivo, a organização do evento ficou sob responsabilidade de Achille Starace, então secretário-geral do Partido Nacional fascista. A partir desse momento, o futebol operou uma articulação propagandística do Estado para a promoção de consenso civil e político (SOMACAL, 2015).

Após vencer a Tchecoslováquia por 2 a 1 na final, a Itália sagrou-se a grande campeã daquela edição, reafirmando, mais uma vez, a “supremacia” fascista.

Aclamado aos gritos de DU-CE, DU-CE, DU-CE, Mussolini compareceu ao estádio juntamente com todo o Ministério e fez questão de entregar o troféu da vitória ao capitão dos azurri. A vitória foi saudada como reflexo de uma Nação forte e preparada para enfrentar os inimigos, em um momento em que os planos governamentais se inclinavam cada vez mais para a invasão da Etiópia, que seria concretizada nos próximos meses (AGOSTINO, 2002, p. 62 apud SOMACAL, 2015, p. 1529).

A vitória da Copa do Mundo em solo italiano, sem sombras de dúvidas, foi um momento ímpar para a promoção dos ideais políticos e ideológicos do regime fascista. Sendo a atividade desportiva amplamente regulamentada pelo Estado, desde a construção de estádios até a entrega de medalhas após o término do evento, o que se desenvolvia era um ambiente excepcionalmente favorável para o controle dos cidadãos durante seu tempo de lazer, na sua vida privada e nas suas relações sociais. Controlar o esporte permitiu que o regime estudasse e manipulasse jovens e suas habilidades, ressaltasse o vigor físico inato dos italianos – estratégia de preparação militar para uma política externa imperialista –, e falsificasse uma boa relação diplomática com as demais nações, destinada a consolidação e manutenção da paz – embora, dentro de campo, diversas acusações tenham sido feitas, por parte da seleção Tchecoslovaca, ao árbitro que apitou a grande final por suposto favorecimento aos anfitriões (TEJA, 1998 apud SOMACAL, 2015).

Já o caso argentino, também conserva certas semelhanças com os casos italiano e brasileiro (cap. 2) no que diz respeito à instrumentalização do futebol no contexto ditatorial. Porém, diferentemente das outras duas nações, a Argentina possuía bases nacionalistas em relação ao futebol, muito mais atreladas ao contexto local e regional do que com o horizonte mundial de seleções.

A priori, é importante ressaltar que, segundo Giulianotti, a localidade condensa sentimentos de identificação e pertencimento de maneira muito mais intensa do que no âmbito nacional, pois os laços afetivos estabelecidos com a localidade se dão, em termos funcionalistas, com base em uma solidariedade mecânica (GIULIANOTTI, 2010):³

³De acordo com o sociólogo francês Émile Durkheim, conforme o tipo de divisão do trabalho social que predomina em uma dada coletividade, as formas de cooperação que os indivíduos compartilham entre si, também são alteradas. “Quando os homens possuem pouca divisão do trabalho, em sua vidacomum, existe entre eles um tipo de solidariedade baseado na semelhança entre as pessoas”

As formas tradicionais e modernas do futebol são permeadas por três tipos fundamentais de identificação social: nação, classe e localidade. Ao mesmo tempo que os de nação e classe podem frequentemente ser irreconciliáveis, a “intensa compreensão física e temporal e a violenta adesão a uma causa” das partidas frequentemente significam que os vínculos locais usualmente predominam sobre os nacionais (GIULIANOTTI, 2010, p. 55).

Na Argentina, durante os três mandatos de Juan Domingo Perón (1946 a 1952; de 1952 a 1973 e de 1973 a 1974), os esportes tornaram-se parte importantíssima do projeto estatal de inserção social. Embora não tenha participado de nenhuma edição da Copa do Mundo entre os anos de 1934 a 1958, o país manteve uma forte tradição de disputas regionais contra seus vizinhos sul-americanos – principalmente Brasil e Uruguai – e um intenso estímulo na organização dos anuais campeonatos de Futebol Evita – nome conferido em homenagem a primeira-dama Eva Perón –, que dada sua importância local, chegavam a arrebentar cerca de cem mil crianças por todo o país e que tinha os vencedores premiados pelas mãos do próprio casal presidencial (MAGALHÃES, 2014).

Através dos clubes, o governo argentino foi cada vez mais se envolvendo no espaço futebolístico, fosse financiando a construção e a reforma de estádios, fosse intervindo por meio da política institucional. Em 1976, a junta militar do governo retirou o então presidente da AFA (Associação de Futebol Argentino), David Bracutto, e colocou em seu lugar o advogado Alfredo Francisco Cantilo. O jornal argentino “Página/12”, diz-nos que:

Essa é a história de um futebol que os militares podiam controlar sem temor de sofrer represálias da FIFA. Depois viriam as intervenções na democracia, desde o ex-ministro de Bem-Estar Social, sob responsabilidade de José López Rega. No total, houve nove dirigentes no comando da AFA em oito anos (1966 - 1974). Todos escolhidos a dedo. Dessa instabilidade institucional se passou, ao longo período de Grandona como presidente. Entre aqueles interventores e eles, houve apenas alguns escolhidos: o peronista David Bracutto e Alfredo Cantilo, um homem ligado ao vice-almirante Carlos Lacoste (MAGALHÃES, 2014, p. 33).

Neste ano, após a predominância futebolística em Copas dos rivais Uruguai (bicampeão) e Brasil (primeiro tricampeão), e a ausência em diversas edições anteriores, as atenções do mundo voltavam-se para a Argentina, que alçava voos maiores e se apresentava como principal candidata a anfitriã do torneio – além da

(RODRIGUES, 2001, p. 28). Para Durkheim, este tipo de solidariedade que se estabelece com base na semelhança, é uma solidariedade mecânica.

Argentina, outro país que se candidatou a palco do evento foi o México; contudo, acabou por renunciar logo após a confirmação em 1964 como anfitriã do campeonato de 1970 (MAGALHÃES, 2014).

A Argentina passava por um contexto político conturbado: há poucos dias se instaurava a ditadura militar no país, liderada pelo General Onganía. Em um primeiro momento, os países europeus iniciaram um movimento de contestação e boicote ao provável país sede; no entanto, após uma série de exigências e garantias por parte da FIFA, a entidade manteve seu posicionamento inicial de sediar o torneio em solo argentino. A vergonha e o constrangimento provenientes de um cancelamento às vésperas do torneio, sobretudo para o então novo presidente, João Havelange, fizeram com que a entidade adotasse uma postura firme em relação à sede (MAGALHÃES, 2014).

Atestada oficialmente sua condição de anfitriã, o governo argentino logo tratou de se preparar politicamente para o espetáculo. Como citado anteriormente, ainda em 1976, Alfredo Francisco Cantilo, homem de confiança da junta militar, foi nomeado como novo presidente da AFA. Com isso, em junho daquele mesmo ano, os militares passaram a encabeçar cada vez mais o projeto futebolístico, criando o Ente Autárquico Mundial 78 (EAM 78), “que substituíria a antiga comissão criada por Perón, o que na prática significava que a organização da Copa ficava nas mãos do governo, e a AFA se responsabilizava somente pela preparação da seleção” (MAGALHÃES, 2014, p. 56).

A vitória dentro dos gramados era um sonho o qual se cultivava, principalmente entre as camadas mais baixas da população que não suportavam mais o jejum de títulos da seleção nacional e almejavam sua autoafirmação frente às demais potências com base no título de campeão mundial. Entretanto, mais do que a vitória, o objetivo dos militares era a organização e a realização do maior torneio esportivo do mundo. Estava posta a oportunidade de melhorar a imagem internacional do país no âmbito político e desportivo, bem como apresentava-se uma nova arma que legitimaria as ações excessivas contra a “subversão de esquerda”. Portanto, o governo tratou de financiar uma enorme campanha publicitária cujo intuito centrava-se na adesão da sociedade civil ao novo país que emergia dos gramados e, por meio do marketing institucional, instaurou uma ideia de guerra contra a esquerda subversiva, tanto nacional quanto internacional (MAGALHÃES, 2014). Neste sentido,

vencer uma Copa do Mundo tinha (e ainda tem) um valor simbólico que extrapolava (e ainda extrapola) a celebração esportiva.

Dentro dos gramados, a seleção argentina sagrou-se a grande campeã. Acompanhando a taça, uma chuva de críticas e contestações foram feitas a esta edição, muito em função do jogo entre Argentina e Bolívia, no qual os anfitriões ganharam de 6x0 dos bolivianos. Para os argentinos, tais contestações não passavam de “cornetas”, no jargão futebolístico. O fato é que poucas datas foram tão esperadas e celebradas no território argentino, sobretudo por ser o primeiro título do maior campeonato de futebol do mundo. O clima da organização e da experiência cotidiana de viver a atmosfera futebolística começou antes mesmo da conquista do título, afinal, a própria realização do evento já era um momento de festa e receptividade, tendo sido um dos principais elementos fomentados pelos meios de comunicação (MAGALHÃES, 2014).

Por fim, neste breve capítulo, tentamos abordar alguns conceitos que norteiam nossa investigação acerca dos sentidos e usos que o futebol pode ter em diferentes temporalidades e diferentes contextos, sem deixar, contudo, de destacar similaridades que o esporte possui, na medida em que é incorporado a um projeto político de poder.

Em ambos os casos abordados (Itália e Argentina), nota-se a força e o poder do futebol em capturar e direcionar o povo a um segmento político-ideológico específico, sem que para isso se enunciem as bases repressivas e coercitivas de outrora, por parte do Estado. Se bem manejado, o futebol pode, ao menos, ofuscar a repressão estatal, ou talvez, novas formas de submissão sejam criadas a partir dele.

No próximo capítulo nosso foco será a ditadura civil-militar brasileira e a articulação entre os aparelhos repressivos do Estado e o ápice futebolístico com a conquista da Copa do Mundo de 1970 pela seleção canarina.

3 ROLA A BOLA

Como pudemos perceber no capítulo anterior – ainda que de maneira panorâmica –, a Copa do Mundo representa um momento valoroso para a história e o desenvolvimento de qualquer governo ou nação que possua forte tradição cultural com o futebol, tanto em suas bases materiais quanto simbólicas.

Mais do que sagrar-se campeão do maior título futebolístico do mundo, a importância do evento se mede através do seu significado social e suas integrações a projetos políticos de poder, a partir dos quais são criadas novas relações entre Sociedade Civil e Sociedade Política, e uma nova configuração social entre os “antagônicos” (Burguesia-Proletariado; Governador-Governado; Elite-Povo) é instituída com base não necessariamente no conflito, mas sim na unicidade orgânica entre ambos, uma impossibilidade dissociativa entre a condição de existência do poder político e de sua condição de legitimidade; na forma gramsciana clássica de “hegemonia encorajada de coerção”, e vice versa (BIANCHI, 2018).

Contudo, é importante destacar que no caso da conquista da seleção canarina, em 1970, essa relação dialética entre coerção e consenso (hegemonia), na qual o futebol, através da CBD e da mídia esportiva, se destacava principalmente como “sistema ou aparelho de hegemonia”, não se deu graças a confluências eventuais do tempo presente; pelo contrário, sua consumação acompanhou uma série de medidas e discursos que se localizavam em diferentes temporalidades, mas que possuía seu “ponta pé-inicial” no tempo passado, e, em certa medida, constituíam continuidades bastante significativas com o período militar brasileiro – prova da historicidade futebolística.

Embora não possamos afirmar categoricamente uma instrumentalização do esporte concebida aprioristicamente e que tenha atingido seu êxito de maneira fidedigna no tricampeonato mundial (sobretudo em razão da relativa autonomia que se conserva dentro das quatro linhas), percebemos que, mesmo diante de casos como os de Argentina e Itália – abordados no capítulo anterior e recheados de polêmicas envolvendo suposto favorecimento dos árbitros aos anfitriões, fazendo-nos questionar os limites dessa soberania –, devemos nos afastar de uma posição inocente ao considerarmos toda uma coalização deliberada de figuras e símbolos que culminaram na interpretação e, posteriormente, na memória daquele título.

O ambiente ufanista o qual os militares e, até mesmo, determinados setores da sociedade civil buscaram (e ainda buscam) enaltecer e rememorar constantemente

como apogeu de um projeto de identificação nacional de sucesso, na verdade, traduz uma lógica normativa de apagamentos e silenciamentos por meio da qual tentam esconder ou ofuscar nas profundezas dos porões subterrâneos da ditadura seus retumbantes fracassos.

Por isso, para compreendermos parte da totalidade representada pelo futebol, em especial durante a Copa do Mundo realizada em solo mexicano, é necessário retrocedermos nossa investigação ao que podemos considerar como o período inicial da captura do futebol para fins políticos no Brasil, para que, assim, de maneira mais elucidativa, possamos identificar as raízes históricas de uma atmosfera nacionalista que adentra ao futebol – reflexo da própria política institucional – e que acaba por manter uma relação fragmentada de continuidade com a Ditadura Civil-Militar brasileira – aqui a ideia de unidade-distinção mantém-se tencionada a todo momento.

3.1 Getúlio Vargas é o nome do árbitro da partida

É certo que em diversos momentos da história do futebol nacional, desde sua chegada ao Brasil durante o final do século XIX até os dias de hoje, uma série de presidentes, ministros ou figuras ligadas ao poder estatal, utilizaram-se da força e influência do futebol para robustecer suas campanhas ou projetos políticos. Contudo, essas intervenções se deram, normalmente, de maneiras esporádicas, sem qualquer caráter sistêmico ou associado a uma conjuntura de poder maior a qual o esporte pudesse gozar de grande relevância (MAGALHÃES, 2014).

Todavia, a partir da instauração da “Revolução de 1930” e a consolidação do governo varguista, esse cenário esportivo passou a ser diferente. O então presidente, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), incumbiu-se da difícil tarefa de reavivar, após anos de crises e incertezas desde a formação da República, o sentimento pátrio entre os brasileiros. Na jornada em busca da “brasilidade”, Vargas, por meio da política institucional, dedicou grande parte dos seus esforços na influência derivada dos esportes:

o Decreto nº 24.531, de 2 de julho de 1934, que regulamentava os serviços da Polícia Civil do Distrito Federal (BRASIL, 1934), estabeleceu que os eventos esportivos deveriam ter aprovação prévia do chefe da Censura Teatral e de Diversões Públicas da Polícia Civil, tendo de informar todos os dados do evento, chegando mesmo a tentar controlar a conduta dos jogadores em campo, aplicando-lhes multa ou suspensões quando estes não

se portavam de maneira adequada durante a partida (DRUMOND, 2009 apud RIBEIRO; SOUZA, 2021, p. 172).

No caso do futebol, em específico, a partir do ano de 1936, a figura de Luiz Aranha (irmão de Oswaldo Aranha, então ministro da Justiça, Fazenda e Relações Exteriores do governo Vargas), se destacou como “principal articulador do novo governo no interior das instituições diretas do esporte nacional, assumindo os cargos de diretor do Conselho Administrativo da CBD, entre 1933 e 1936, e presidente da entidade, entre 1936 e 1943” (DRUMOND, 2015 apud RIBEIRO; SOUZA, 2021, p. 172), aproximando, cada vez mais, clubes, federações e jogadores, do governo. De acordo com o pesquisador Maurício Drumond, “tanto Vargas como Perón tinham grande preocupação com a formação da identidade nacional em seus respectivos países”; assim, “o esporte teria uma importância estratégica, já que atuaria como um mediador entre indivíduos e identidades” (DRUMOND, 2009, p. 399).

Nesse momento da história brasileira, as bases do nacionalismo e da identidade nacional passavam por um processo de redefinição – pelo menos do ponto de vista governamental –, a partir da qual eram buscadas as referências ideológicas nacionalistas que valorizassem aquilo que se entendia como “propriamente brasileiro” (FICO, 1997). Sob a influência de pensadores como Gilberto Freyre, Afonso Arinos, Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda, essa brasilidade exprimia-se quase que de maneira cristalina no futebol, como podemos perceber nas palavras do próprio Vargas:

Os desportos, sobretudo o futebol, exercem uma função social importante. A paixão desportiva tem poder miraculoso para conciliar até o ânimo dos integralistas com o dos comunistas ou, pelo menos, para amortecer transitoriamente suas incompatibilidades ideológicas. [...] É preciso coordenar e disciplinar essas forças, que a vigoram a unidade da consciência nacional (VARGAS, 1937 apud DRUMMOND, 2009, p. 398).

Muitos desses elementos nacionalistas que aqui começaram a ser trabalhados sob égide do Estado, posteriormente, seriam reutilizados pela ditadura civil-militar (1964-1985), sobretudo do ponto de vista propagandístico, como forma de conceber uma totalidade orgânica de Nação, pautada nos princípios de coesão e cooperação (FICO, 1997), sem que qualquer diferença aparente do movimento histórico da sociedade de classes pudesse fragmentar esse “Estado Integral”, isto é, “conjunto formado pela Sociedade Civil e Sociedade Política” (BIANCHI, 2018, p. 176).

A Copa do Mundo de 1938, realizada durante o Estado Novo, nos permite visualizar melhor esse empenho nacionalista por parte Estado. Disputado na França,

o evento foi amplamente difundido através dos meios de comunicação como forma do Brasil se mostrar como nação soberana ao exterior – consequentemente, impulsionando uma imagem positiva do governo. Neste sentido, Leônidas da Silva, melhor jogador do torneio, e popularmente conhecido como “diamante negro”, simbolizava diferentes traços da sociedade brasileira os quais o Estado tentava enaltecer: a mestiçagem, o estilo descontraído do povo brasileiro de jogar futebol e, por ventura, o caráter democrático que se cultuava em solo nacional. Em momento algum Vargas hesitou em associar a seleção ao povo brasileiro e a si mesmo, assim, reforçando uma tipologia de poder comum tanto em regimes autoritários quanto democráticos: a do homem simples, que emerge do povo e o representa de maneira fidedigna (SILVA, 2019).

Apesar da derrota nas semifinais do torneio, o legado que essa Copa deixou para as futuras gerações, sobretudo em função da maneira pela qual foi trabalhada midiaticamente pelo Estado, influenciou diretamente o modo como o futebol seria retrabalhado posteriormente pela ditadura civil-militar – em um contexto muito mais repressivo, o que exigiu certos “ajustes”. Mais adiante abordaremos a questão do “Homem-Coletivo” como uma ressignificação nacionalista por parte do governo militar que transversa a Copa do Mundo de 1970.

De acordo com a historiadora Livia Gonçalves Magalhães, ainda a respeito da Copa de 1938:

pela primeira vez os jogos seriam transmitidos pelo rádio, o que significou uma nova forma de participação para o torcedor, justamente o meio de comunicação que era característico do presidente como canal de diálogo com a sociedade. [...]. Mesmo com a desclassificação nas semifinais, a seleção foi recebida com grande festa no porto do Rio de Janeiro em seu retorno (MAGALHÃES, 2014, p. 42).

Assim, é seguro dizer que o período varguista foi fundamental na pavimentação dos esportes como ferramentas políticas do Estado, estimulando e fortificando os vínculos de relação e identificação entre Sociedade Civil e Sociedade Política – retrabalhado na ditadura civil-militar –, por meio de mecanismos materiais e superestruturais, tal como a legislação de regulamentação do esporte. Segundo Gramsci, “o legislador não é apenas quem ‘elabora diretrizes que deverão tornar-se normas de conduta para outros’; é também aquele que ‘elabora os instrumentos por meio dos quais essas diretivas serão impostas e sua aplicação será verificada

(GRAMSCI, [entre 1926 e 1934], p. 1668 *apud* BIANCHI, 2018, p. 196)⁴. Podemos destacar, ainda, a difusão de uma leitura otimista/nacionalista da realidade através da propaganda⁵.

Para além da construção de uma visão otimista dos traços e valores que constituem a “brasilidade” e o “ser brasileiro”, certas leituras pessimistas também se faziam presentes dentro desse cenário nacional, em um contexto de constantes disputas – fosse do ponto de vista esportivo, fosse sob a ótica político-governamental. Neste sentido:

Também se tentou, de todo modo, negar, ocultar, afastar ou recontextualizar aqueles traços que, entendidos como próprios ao povo ou ao país, eram, entretanto, vistos como negativos: a preguiça, a ignorância, a indolência, a sensualidade permissiva, enfim, feições temidas, especialmente pela elite letrada, do “caráter nacional” – e, que, portanto, “causavam vergonha” (FICO, 1999, p. 36).

Assim, é importante termos em mente um dos pontos fulcrais desse horizonte pátrio: para que fosse possível conceber um ideal otimista de nação, nacionalismo e identidade nacional, que anunciasse a superioridade do povo brasileiro enquanto organicidade, necessariamente, era preciso do “outro”, da diferença, da visão pessimista que possibilitasse um inesgotável devir (vir a ser), não somente enquanto apagamentos e silenciamentos como, também, enquanto mecanismo de correção de rota:

A tensão entre a possibilidade de corrigir erros e frustrações por não se lograr soluções factíveis pode ser notada a partir de uma série de ideias-forças. Há a noção de transitoriedade, do caráter provisório das coisas: só se propõe alterar aquilo que não é entendido como permanente, consolidado. A ideia pessimista de um país em constante construção (já que ainda incompleto, imperfeito) acompanha as tentativas de correção de rota, cujos fracassos, além de serem entendidos como derrotas, como nova perda de rumo, conduzem também à frustração generalizada; esta, por sua vez, principiadora de novas tentativas de correção. Por tudo isso, talvez, a sensação de que cada nova tentativa será aquela que, definitivamente, se inscreverá no que parece ser uma tábua rasa. Por fim, como se trata de buscar um sentido, um caminho certo perseguido como dado inexorável, são exigidos sacrifícios, privações e renúncias, que em geral afetam pouco aqueles que supõem necessários (FICO, 1999, p. 39-40).

⁴ É importante observar que esse entendimento ampliado do poder legislativo e do legislador liga-se a uma concepção orgânica e integral do Estado. Logo, verifica-se que a atividade legislativa encontra-se localizada no interior tanto da Sociedade Política quanto da Sociedade Civil, sem qualquer restrição específica a um desses dois campos, mas atuando sobre ambos – Unidade-Distinção (BIANCHI, 2014).⁵ Michel Foucault, na obra “A Ordem do Discurso”, sistematiza a condição de controle e dominação que se estabelece por e pelo discurso. Mais do que meras junções de palavras e letras, aqui o conceito de discurso abrange um conjunto de representações e símbolos que condicionam e determinam respectivo imaginário social, que, por sua vez, mantém-se a todo momento em constante disputa (FOUCAULT, 1999).

Portanto, acreditamos ser indispensável abordarmos a questão dos aparelhos repressivos do Estado a partir de suas doutrinas e dinâmicas de funcionamento, pois, dessa maneira, será cada vez mais fácil compreender a importância e o significado do futebol e da Copa do Mundo de 1970 perante o contexto político, econômico e social da época. Sempre destacando a dialética entre coerção e consenso, unidade-distinção, otimismo-pessimismo.

3.2 A bola e o chumbo

Por vezes, as vitórias nas Copas de 1958 e 1962 podem transparecer uma espécie de consolidação e afirmação do projeto nacionalista, o qual iniciou-se em 1930 e, portanto, confirmava seu êxito com as conquistas dos respectivos campeonatos mundiais. Porém, é necessário problematizarmos a abrangência e as vicissitudes dessa memória. Quer dizer, melhor do que os excessos da vitória, talvez as escassezes da derrota possam esclarecer-nos com mais apreço a dialética futebolística.

A ineficiência no torneio de 1938 e, sobretudo os considerados “vexames” de 1950 e 1966 – o primeiro disputado no Brasil e o segundo quebrando uma sequência de dois títulos consecutivos –, desvelam uma realidade na qual o fracasso impulsionava e possibilitava sentimentos inversamente proporcionais, isto é, uma ressignificação do fracasso como propulsor de novos caminhos ao sucesso, abrindo portas ao autoritarismo e ao golpismo que, em condições de normalidade, dificilmente estariam destrancadas.

O sentimento de derrota teve um papel fundamental na afirmação do futebol como elemento da identidade do brasileiro e na instrumentalização do esporte. Sob a ótica nacionalista/ufanista, a imagem que essas derrotas transmitiram ao restante do mundo, prezavam por uma condição de inferioridade da sociedade brasileira (GUTERMAN, 2009).

Foi a partir das lacunas abertas por essas derrotas, principalmente após a de 1966 – então, no contexto ditatorial brasileiro – que a militarização do futebol passou a ser cada vez mais intensa, por sua vez, seguindo uma lógica sistêmica de atuação do novo regime. O historiador Carlos Eduardo Sarmiento analisa uma realidade na qual “a CBD representava um importante espaço de poder e interesse

para a ditadura”; assim, “a noção crescente entre os agentes do SNI⁶ era de que o futebol, por seu potencial de mobilização de massas, deveria ser mantido sob estreita e severa observação” (SARMENTO, 2006, p.123).

Aqui, observa-se um prelúdio da dupla função adquirida e desempenhada pelo esporte durante a ditadura civil-militar brasileira: além de compor significativa relevância dentro do aparato ideológico do Estado, fortalecendo e disseminando os princípios da identidade nacional, o futebol também integrava o aparato repressivo dos militares.

A priori, tal concepção tende a ser compreendida, simplesmente, sob a luz das diretrizes procedimentais do regime por meio das quais o futebol importava de maneira verossímil, alocando e exercendo o *modus operandi* militar nas respectivas entidades futebolísticas – no caso da seleção nacional, a CBD (Confederação Brasileira de Desportos). Todavia, também levamos em consideração uma análise que concebe a atuação esportiva advinda do autoritarismo político, o qual se insere e interage no interior das relações sociais e expressa-se por meio dos aparelhos de hegemonia, neste caso o futebol (CHAUI, 1994).

É importante frisar que, assim como grandes intérpretes da obra gramsciana não se restringem a uma leitura usual, e por vezes, simplista do conceito de “aparelhos de hegemonia”, referido, simplesmente, como a “estrutura material da superestrutura”, ou seja, instituições privadas que atuam como “estrutura ideológica de uma classe dominante”, aqui retomamos uma noção ampliada do termo, como é o caso da posição defendida por Gianni Fracionni. Segundo o autor, “um aparelho hegemônico pode ser definido como qualquer instituição, espaço ou agente que organize, medie e confirme a hegemonia de uma classe sobre outras” (FRACIONNI, 1984 apud HOEVELER, 2019, p. 151-152). Neste sentido, a concepção do futebol como aparelho de hegemonia confirma-se ao passo que sua atuação se dá não mais enquanto instituição privada, mas sim um espaço de hegemonia.

Outros autores como, por exemplo, a pesquisadora Buci-Glucksmann, também possui uma interpretação mais abrangente do conceito, segundo a qual “o aparelho de hegemonia é ‘um conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes’” (GLUCKSMANN, 1975, p. 70 apud HOEVELER, 2019, p. 153). Sob esse prisma, o futebol poderia desempenhar um papel de aparelho de hegemonia na

⁶ Mais adiante abordaremos a formação do SNI e sua importância para o regime militar (p. 38).

medida em que se caracteriza como prática ideológica voltada à hegemonia de um grupo.

Portanto, nesta parte do trabalho, é necessário pincelar certos fundamentos e técnicas que orientavam as ações repressivas do Estado e os órgãos responsáveis por tais práticas, para localizarmos o futebol dentro desse ambiente ditatorial e compreendermos sua função enquanto aparelho de hegemonia, comportando elementos de caráter tanto persuasivos quanto repressivos.

A princípio, a coalizão entre os aparelhos repressivos e a prática futebolística se deu em diferentes âmbitos e de formas variadas. A “doutrina de Segurança Nacional” (DSN), por exemplo, fundamentou grande parte das práticas repressivas dos militares, bem como o *modus operandi* dos órgãos responsáveis pela coleta de informações e manutenção da “paz”, em especial perante a infundável ameaça comunista. Criada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), a DSN situava o Brasil dentro do contexto internacional da Guerra Fria, interagindo diretamente na conjuntura dicotômica global. Graças ao seu tamanho territorial e populacional, assim como em função de suas fragilidades partilhadas internamente, supunha-se que o Brasil enfrentava uma enorme vulnerabilidade em relação às influências do terror comunista, podendo, assim, ser facilmente abatido pelos diferentes flancos (FICO, 2001).

Desse diagnóstico, emergiram novas concepções estratégicas de reformulação governamental que visavam o expurgo das enfermidades revolucionárias e que pudessem alavancar o horizonte político e econômico do país, elevando internacionalmente o Brasil ao status de potência mundial. Para isso, era imprescindível que o Estado ditatorial brasileiro desenvolvesse mecanismos e técnicas repressivas de combate ao comunismo interno e externo – sistemas de informação e repressão como o SISNI e o SISSENG surgiram para suprir essa demanda –, como também se fazia primordial que o Estado atuasse na potencialização do crescimento econômico, ressaltando a imagem do país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial – “milagre econômico” – e que cultivava boas relações diplomáticas com as demais nações – daí a necessidade de manter-se a aparência de um regime democrático, papel que em certos momentos ficou a cargo do futebol e da imprensa para promover determinada interlocução global (FICO, 2001). Ainda segundo o historiador Carlos Fico:

Na trajetória conflituosa de pensamento otimista e pessimista sobre o Brasil – consideradas em relação aos anos de domínio dos militares e na perspectiva da preocupação com a imagem externa -, o dado mais revelador é realmente a expectativa criada em torno da noção de “grande potência”. Situar o Brasil entre os grandes países sempre foi um desejo da elite brasileira. Mesmo antes do “milagre econômico”, esse anseio já se impunha entre aqueles que imaginavam uma grande influência do país no cenário internacional (FICO,1997, p. 48).

Desta forma, em face a esse potencial de deturpação nacional representado pelo comunismo, o golpe civil-militar de 1964 veio para atuar em duas frentes: a restauração da ordem interna e do prestígio internacional – convenientemente, o futebol poderia operar em ambas.

Nos primeiros anos após a consolidação do golpe, os aparatos de informação e repressão começaram rapidamente a se estruturar e passaram a atuar na condução dos novos rumos do país. No dia 13 de junho de 1964, a partir da lei nº 4.341, fora criado o SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão destinado a supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e no exterior. Embora inicialmente a proposta tenha causado certo incômodo aos políticos da época, receosos sobre a instalação de um organismo nos moldes do antigo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas), a atuação do SNI acabaria por desempenhar papel de grande protagonismo ao longo de todo o regime militar, ao passo que concebia um sistema de alimentação de informações ininterrupto que orientava as tomadas de decisões presidenciais e da alta cúpula do Estado (Ministros, Secretários, Generais do Exército), e afanava a confidencialidade da esfera privada da vida dos cidadãos, ou seja, ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção (FICO,1997).

Na jornada rumo ao novo *Éden* brasileiro e do combate à subversão e ao terrorismo, urgiu-se a ideia de uma lei que regulamentava os procedimentos legais da guerra contrarrevolucionária. Atrelado à nova Constituição Federal de 1967 – a qual incorporava em seu texto base boa parte das medidas autoritárias instituídas pelos dois primeiros atos institucionais – o Decreto-Lei 898, de 29 de setembro de 1969 (Lei de Segurança Nacional) definiu certos parâmetros legais que fundamentavam e legitimavam a ação coercitiva dos órgãos de informações e segurança, ao tipificarem os crimes contra a “segurança interna” e de “guerra interna”, permitindo que os ditos “subversivos” – que nesse momento poderiam ser todos e quaisquer civis – , fossem,

ao longo de basicamente todo o período militar, indiscriminadamente perseguidos, investigados, presos e torturados (NETTO, 2014).

Já na fase mais repressiva do regime, os ditos “anos de chumbo” (1968-1974), além do SNI, outros órgãos que também compunham o organismo do Sistema de Informações (SISNI), ligados aos ministérios militares (Aeronáutica, Exército e Marinha), também se destacavam na espionagem e privação de direitos da população civil, como por exemplo: o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), o CINEMAR (Centro de Informações da Marinha) e o CIE (Centro de Informações do Exército), todos órgãos, precipuamente, destinados a coleta de informações, mas que, em diversos momentos, atuaram efetivamente na apreensão e interrogação coercitiva do povo brasileiro – muitas vezes, até em descompasso um com outro, sobretudo em função da falta de organização hierárquica que ocorria entre os diferentes órgãos, fazendo-os, assim, espécies de polícias políticas autônomas (FICO, 1997).

Em contrapartida, existiam órgãos destinados objetivamente a repressão, esses sim concebidos desde o princípio com o objetivo de prender e interrogar os “inimigos da nação”, que por sua vez, passaram a integrar o organismo ditatorial a partir de 1969 e 1970. A criação dos famosos CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) e DOI (Destacamento de Operações e Informações), partiram, a priori, de uma reconfiguração institucional da antiga OBAN (Operação Bandeirantes), cujo objetivo principal era o de operacionalizar as ações repressivas contra os indivíduos e organizações que ameaçassem a suposta harmonia social estabelecida pelos militares (FICO, 1997).

Também nos cabe ressaltar que durante esses mesmos “anos de chumbo”, ao passo que se intensificaram as ações punitivas, outras forças inversas aos militares deflagaram-se como opositoras ao regime e começaram a ganhar papel de grande destaque nos palcos políticos do país, isto é, os movimentos sociais e os grupos de guerrilhas armadas. Para os militares, ambas as insurgências representavam um enorme perigo aos “verdadeiros cidadãos” brasileiros e à imagem positiva a qual o regime tentava transmitir nacional e internacionalmente (sobretudo as guerrilhas, que ameaçavam o projeto de nação concebido pela alta cúpula do Estado). A execução dos assaltos a bancos e a repercussão midiática negativa advinda dos sequestros de embaixadores (o americano Charles Burke Elbrick [1969] e o alemão Von Holleben [1970], medidas que visavam a libertação de presos políticos por parte dos grupos de guerrilha como a ALN [Ação Libertadora Nacional], a VPN [Vanguarda Popular

Nacional] e o MR-8 [Movimento Revolucionário 08 de Outubro]) suscitavam um ambiente profundamente instável ao regime, o que gerou uma acentuação ainda maior da força bélica no país. Deste modo, os órgãos de coerção passaram a agir cada vez mais indiscriminadamente, com o objetivo de neutralizar tanto a esquerda armada quanto civis que se opusessem ou manifestassem resistência ao regime (NETTO, 2014).

Uma vez sobrevoado o horizonte político-institucional repressivo da ditadura, agora é possível pinçar alguns pressupostos coercitivos que influenciavam os ditames interrelacionais entre sociedade política e sociedade civil, identificando certos instrumentos e técnicas de repressão que se fizeram valer no interior das relações sociais. Tais perspectivas teóricas podem ser aprofundadas por Álvaro Bianchi, segundo o qual:

A imagem do Centauro é forte e serve para destacar a unidade orgânica entre a coerção e o consenso. É possível separar a metade fera da metade homem sem que ocorra a morte do Centauro? É possível separar a condição de existência do poder político de sua condição de legitimidade? É possível haver coerção sem consenso? [...] não é apenas a coerção que não pode existir sem o consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção (BIANCHI, 2018, p.190).

Assim, analisar o período ditatorial brasileiro suscita-nos a pensar um autoritarismo que não só se manifestava sob a roupagem política de ruptura com a ordem democrática, mas também que integrava-se e interagia na própria socialização dos cidadãos brasileiros. Quer dizer, o próprio caráter educativo e formativo do Estado.

De acordo com Gramsci, “toda ‘relação de hegemonia é, necessariamente, uma relação pedagógica’ de construção de novos sujeitos sociais e políticos” (GRAMSCI, [entre 1926 e 1934], p. 1331 *apud* BIANCHI, 2018, p. 192). Neste sentido, toda construção otimista/ufanista que se desenvolveu no Brasil desde o período varguista chegando até a ditadura civil-militar, passou por uma negação das contradições, violências e desigualdades que imperavam no período; como forma de exorciza-las, produz-se “uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a culturapopular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do Nacional- Popular” (CHAUÍ, 1994, p. 60).

A identidade brasileira, portanto, se vê representada no âmbito da esfera pública. A nacionalidade se manifesta sob a forma do “homem coletivo”, ou melhor,

do “homem nacional”. Nele, geral e particular entranham-se intimamente de modo a compor um novo sujeito, uma nova ótica de atuação cidadã:

o conceito de “homem coletivo” designa “a conquista de uma unidade cultural-social” pela qual “uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, solda-se conjuntamente na busca de um mesmo fim, com base numa idêntica e comum concepção do mundo (geral e particular, transitoriamente operante – por meio da emoção – ou permanente, de modo que a base intelectual esteja tão enraizada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão)” [...]. Não se trata de “multidões casuais”, mas de uma unidade de homens “ligados por vínculos de responsabilidade” recíproca [...] (LACORTE, 2017, p. 755).

Uma vez incrustados o nacionalismo e o autoritarismo no seio da interação social entre os indivíduos, a tarefa de manutenção da paz e da ordem social se apresenta sob responsabilidade de todo o conjunto da sociedade, tanto no âmbito da Sociedade Política quanto da Sociedade Civil. É nesse momento que, segundo Fico, “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” (FICO, 2001, p. 56). Ou seja, a produção do consenso levava a consumação da coerção, e a coerção conservava o consenso.

Portanto, fica cada vez mais claro compreender o papel e a importância desempenhados pelo futebol dentro dessa normativa antidemocrática. Quer dizer, sob os mesmos ditames instrumentalizou-se o esporte das multidões: um mecanismo nacional/nacionalista utilizado primordialmente na promoção e no enaltecimento da nação sob a ótica ufanista de desenvolvimento, tendo em vista um maior impacto e disseminação perante as massas. Por meio do alto número de jogos, campeonatos e um vasto incentivo midiático oriundo dos órgãos responsáveis pela imagem política do governo (cap. 3), o esporte atuava enquanto ferramenta de legitimação do Estado, varrendo as querelas do autoritarismo e da repressão política para debaixo do tapete – pelo menos durante o auge do futebol brasileiro na mão dos militares (MAGALHÃES, 2014).

No próximo capítulo abordaremos o percurso brasileiro dentro da Copa do Mundo de 1970 e o papel militar desempenhado na conquista. Também analisaremos fragmentos propagandísticos da época como forma de compreender as influências midiáticas após o tricampeonato e suas reverberações políticas na legitimação do regime.

4 E VAMOS PARA OS 45 MINUTOS FINAIS

No capítulo anterior, vimos como as doutrinas e técnicas operacionalizadas no interior dos órgãos repressivos do Estado foram ganhando força e notoriedade dentro do meio futebolístico durante o “auge” do período militar brasileiro, e acabaram sendo incorporadas neste universo por diferentes vias e de formas variadas. Afim de se (re)construir um sentimento nacionalista unitário que promovesse a afirmação do consenso em massa na luta contra a subversão, e que propiciasse condições materiais do país ascender internacionalmente como potência mundial, os militares, de maneira conjunta a uma respectiva parcela da sociedade civil, ligada aos interesses ao capital multinacional e associado, estimularam uma “brasilidade” excludente e antagônica, voltada ao uso da coerção e da força, mas que, em grande medida, se apresentava aos olhos do povo de maneira branda, flexível, totalizante; uma identidade que comportava todos, porém com “certas exceções”.

Muito embora o uso da força tenha imperado durante toda a Ditadura Civil-Militar, seu alento também se ancorou em um projeto nacionalista que contava, se não com a participação popular, no mínimo com seu consentimento induzido. Neste sentido, a capacidade do futebol de provocar e promover sentimentos de paixão e identificação nos diferentes agentes não pode ser dissociada dos mecanismos que propiciavam sua difusão em massa e que articulavam seu caráter socioafetivo a favor dos interesses do Estado ditatorial (FICO, 1997). Logo, torna-se fundamental analisar e compreender a influência propagandística na campanha do título de 1970 e a maneira pela qual ela fora trabalhada na construção otimista do país.

Na formulação que deriva do pensamento dos intelectuais Norberto Bobbio e Giacomo Sani, “a Propaganda pode ser definida como difusão deliberada e sistemática de mensagens destinadas a um determinado auditório”, cujo objetivo principal é “criar uma imagem positiva ou negativa de determinados fenômenos (pessoas, movimentos, acontecimentos, instituições, etc.) e estimular determinados comportamentos” (SANI, 1998, p. 1018).

Assim, ao passo que se notabiliza como importante ferramenta de proliferação em massa de uma determinada ideia ou mensagem, a propaganda tende a adquirir um caráter concorrencial de emissão e disseminação, onde diferentes grupos, através de canais de informações ou de redes de distribuição variadas, estabelecem entre si uma relação de constante disputa pela preeminência da

mensagem, agindo, majoritariamente, como instrumento ideológico desses setores distintos. Isto significa que determinada propaganda pode vir acompanhada de uma contrapropaganda, ou seja, uma forma parcialmente equilibrada de contestação, e ambas tendem a estreitar conexões bastante conflituosas entre si.

Entretanto, esse diapasão propagandístico possui uma maior predileção de existência quando nos remetemos a regimes políticos pluralistas, nos quais todas as forças políticas dispõem das mesmas possibilidades de acesso aos canais de informações – em teoria. No momento em que a natureza emissora da propaganda se encontra localizada no interior de regimes autoritários/totalitários, a batalha antes travada pelas diferentes mídias se esfacela, e o regime passa a controlar de maneira disciplinar e intransigente o conteúdo propagandístico:

nos regimes autoritários e totalitários, a Propaganda é firmemente controlada pelo Estado ou pelo partido dominante, que a utilizam, tendo em vista a expansão e consolidação do regime, para inculcar na população uma versão simplificada da ideologia oficial e para combater as formas internas de oposição (SANI, 1998, p. 1019).

Durante a ditadura brasileira, a propaganda se concentrou basicamente sob as rédeas do Estado, através de órgãos como a AERP (Assessoria Especial de Relações públicas) e a ARP (Assessoria de Relações Públicas), responsáveis pela criação e coordenação dos materiais publicitários do governo, como, também, era imprescindível que essas agências promovessem uma aproximação entre o regime e sociedade civil em torno de um projeto político unificado. A proposta era mostrar as “boas intenções” e as “boas ações” dos militares, da mesma forma que apontar as ameaças a serem combatidas, como a falta de moral e o comunismo (MATOS, 2003).

Para isso, o principal meio de difusão dos discursos propagandísticos do regime foi a televisão – mais adiante discutiremos sua importância na campanha de 1970 –, especialmente através dos minifilmes que, na maioria das vezes, se caracterizavam por um caráter socioeducativo ou ético-moral como forma de promover certas noções de cidadania à população e guia-la no caminho ao progresso. Mais do que simples entretenimento, aqui, a função primordial da propaganda consistia na transmissão de um falso clima de harmonia entre todo o conjunto da sociedade, o qual possuiria, como atributo elementar, a ausência de conflitos entre as diferentes classes sociais (MAGALHÃES, 2014).

Segundo o historiador David Antônio Castro Netto:

A primeira fase, dirigida por Ernani D'Aguiar, a AERP produziu peças de propaganda extremamente oficiais. Ainda próximas das campanhas mais tradicionais em regimes autoritários. A segunda fase, de 1969 – 1974, foi mais produtiva. Suas peças de propaganda tiveram grande repercussão, sobretudo na televisão. Foram produzidos 170 filmes para a televisão, 12 documentários para o cinema, 34 discos contendo “jingles” e “spots”, 16 cartazes, 7 modelos de adesivos e 17 publicações (estas mais centradas nos discursos de Médici) (NETTO, 2017, p. 762).

A propaganda se tornou um componente político de extrema importância dado seu alto nível de emissão e produção, sobretudo, durante o governo Médici, onde a repressão civil se intensificou fortemente após o AI-5 de 1968. Embalados por um clima político de suposto desenvolvimento econômico e que posteriormente viria a se expandir com o tricampeonato mundial de futebol, os militares apostaram em certas estratégias de propagandas que visavam impulsionar esse ambiente eufórico vivenciado à época, portanto, baseado na frequência da mensagem ou no princípio da saturação, como diz Sani. Assim, a eficácia da mensagem se dá de maneira muito mais intensa quando propagada ostensivamente, bombardeando o telespectador por todos os lados, sem que o mesmo, em nenhum momento, possa não estar exposto a ela (SANI, 1998).

Uma vez que essas peças propagandísticas procuravam impor um modelo de cidadão – homem coletivo/nacional (cap. 2) –, que se afastasse de qualquer tipo de mentalidade dissidente e contrária à formatação ideal, outra tática recorrente foi a da simplificação: via de regra, os conteúdos deveriam ser os “menos politizados” possíveis, pois poderiam gerar um distanciamento ou repulsa por parte da população. Por isso, eles deveriam ser condensados ao máximo e resumidos em frases curtas, facilitando a assimilação do telespectador, e, ademais, compostos por um *slogan* de atrativa e simples captação (SANI, 1998).

Em geral, a composição propagandística era formada por personagens de gêneros, classes e etnias diversas, retomando mais uma vez a percepção coletiva de equilíbrio e coesão nacionais.

4.1 Ao vivo e a cores

É evidente que a propaganda se tornou um componente ideológico importantíssimo para o regime, porque criava a ilusão de participação popular no processo político. As campanhas ressaltavam a importância de todo o conjunto da

sociedade e de cada indivíduo para se alcançar o objetivo de crescimento nacional, assim, induzindo-os a se reconhecerem como protagonistas do processo desenvolvimentista, o que implicava em alterações comportamentais dos mesmos, onde cada indivíduo tinha como dever pátrio cumprir o seu papel enquanto agente civilizador da nação (FICO, 1997).

Neste sentido, o êxito propagandístico perpassava, em grande medida, pela abrangência e a capacidade de persuasão dos veículos de comunicação como o rádio e os jornais, os quais, desde a década de 1950, já configuravam-se como principais elos de conexão entre povo e Estado, ora exprimindo parte dos anseios populares – não só em relação ao futebol, mas também em torno da situação político-econômica do país – ora enfatizando o vigor político do governo ou personalidade política (MARCZAL, 2011).

Após a derrota na Copa do Mundo de 1966, por exemplo, é possível percebermos a exteriorização de um sentimento popular de decepção e insatisfação que compreendia grande parte dos torcedores brasileiros frente ao fracasso dentro dos gramados, e exprimia-se por meio dos veículos de comunicação, neste caso, a revista *O Cruzeiro*. O artigo “por que perdemos o tri”, ao tentar responder as causas da eliminação precoce, traz-nos uma visão bastante clara sobre o descontentamento dos torcedores brasileiros:

Que houve com o Brasil? Todos se perguntavam, decepcionados, desalentados ou perplexos. Tendo provado por duas vezes o sabor da Taça, a torcida brasileira sorve agora o da derrota, ainda não suficientemente explicada, apesar da farta distribuição de sentenças condenatórias que se seguiu ao insucesso da Seleção Brasileira na Copa66. Do fundo do abismo, o Brasil esportivo ensaia os primeiros movimentos para reerguer-se, atendo as escarpas, querendo saber onde a terra cedeu a seus pés, fazendo-o cair das alturas em que se encontrava após as conquistas que granjearam a admiração internacional. Nesse exame de consciência, nenhum erro deve ser obscurecido, nem deve haver lugar para desculpas, que só entulharam o dos que buscam reconstruir o prestígio de nosso futebol (MATHIAS NETTO, 1966, p.14 apud MARCZAL, 2011, p. 108).

Também é importante destacarmos que (assim como abordado no capítulo 2) o vexame retratado no texto é tido como uma oportunidade de correção de rota, um remédio amargo cujos efeitos impulsionariam e recolocariam o Brasil nos trilhos do progresso, fomentando, desta forma, uma formação identitária que passaria pelo encontro dialógico entre leituras pessimistas e otimistas (FICO, 1997).

Contudo, se em momentos anteriores ao tricampeonato podemos identificar resquícios de uma resposta propagandística voltada aos anseios das

camadas mais baixas da sociedade brasileira, às vésperas do torneio de 1970 o clima desportivo retratado na mídia era totalmente outro; além disso, os veículos principais de interação da seleção – consequentemente do governo – com a população já davam demonstrativos de novas resoluções.

“Foi durante o período ditatorial que o mundo viveu a revolução da televisão em cores, da transmissão ao vivo e a consolidação dessa mídia como principal meio de entretenimento” (MAGALHÃES, 2014, p 78), ou seja, uma inovação que atendia satisfatoriamente a demanda modernizante fomentada pelo Estado Autoritário, bem como a necessidade mercadológica de renovação (RIBEIRO; ROXO; SACRAMENTO, 2010).

Com o advento da televisão ao vivo e a cores, o sustentáculo político e ideológico do regime conseguia novas formas de legitimação – embora o rádio e os jornais ainda fossem os principais meios de comunicação. A ideia principal era demonstrar uma espécie de preocupação genuína do Estado para com as exigências populares, portanto, que garantisse a possibilidade de todo cidadão brasileiro de assistir aos jogos da seleção de maneira simultânea, do mesmo modo que todos teriam condições de adquirir seus próprios televisores. Em termos de estratégia política, o regime trouxe, a custos altíssimos, o México para os brasileiros. Nas palavras de Médici, “solidariedade também é juntar-se as paixões da alma popular. E, nas asas dessa paixão, meu governo se empenhou para que trouxéssemos o México à plateia de todos os lares do Brasil” (MÉDICI, 1970a, p. 21 apud MAGALHÃES, 2014, p. 80).

É claro que tamanha inovação acompanharia um alto índice de investimento. O governo assumiu a responsabilidade da infraestrutura televisiva, sobretudo, através da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações), fundada em 1965, mas que conquistara amplo desenvolvimento às vésperas do campeonato mundial de 1970, conforme podemos comprovar em publicação da revista Veja do mesmo ano:

Em 1968, o ministro das Telecomunicações Carlos Simas dizia que a TV da Copa estava difícil por falta de dinheiro e da estação captadora da imagem do satélite. Em fevereiro do ano passado, com a inauguração dos sistemas de grande antena de Itaboraí (custo de 1,5 milhão de dólares), um dos obstáculos estava superado (MAGALHÃES, 2014, p. 80).

O sinal que era enviado pela Tele-sistema (conjunto de emissoras mexicanas) possuía conexão direta com as antenas da EMBRATEL, permitindo ao

governo ditatorial decidir e controlar quais emissoras teriam direito, ou não, à transmissão televisiva (MAGALHÃES, 2014)

Em termos econômicos o investimento na infraestrutura televisiva representou um aumento significativo na lucratividade da venda de televisores e uma maior arrecadação por parte do Estado com a venda dos direitos de transmissão aos canais de mídia que, em certo sentido, convergiam com as diretrizes político-ideológicas do regime, como é o caso das emissoras Rede Globo, Rede Associada e Rede de Emissoras Independentes (REI) – um conglomerado de mais de 10 canais afiliados em todo o país. Já em termos políticos, representou a oportunidade de mais propaganda voltada aos interesses ufanistas do Estado (MATOS, 2003).

4.2 Bola no pé e na cabeça

O clima de euforia já era algo perceptível antes mesmo do início do torneio, sobretudo graças à campanha brasileira nas eliminatórias. O Brasil era dono de uma campanha impecável com 100% de aproveitamento: em 6 jogos, a seleção havia ganhado os 6, marcando um total de 23 gols e sofrido apenas 2, ou seja, a relação dos brasileiros com a seleção, mais uma vez, era de positividade e esperança.

Enquanto a seleção brasileira preparava-se para o torneio, a CBD não media esforços para impulsionar a imagem positiva do time. Neste sentido, foi organizado o Comitê de Ajuda a Seleção, uma iniciativa financeira e propagandística da entidade cujo propósito era “angariar fundos através de parcerias comerciais com empresas privadas, permitindo a implementação de ações publicitárias conjuntas com a CBD e a Seleção” (MARCZAL, 2011. p. 136). A parceria culminou em símbolo comemorativo conhecido como “Pra frente com as feras”, uma referência ao modo como o então técnico da Seleção, João Saldanha (figura polêmica e muito controversa na história do futebol brasileiro⁷), se referia aos jogadores da seleção como “as/os feras” (MARCZAL, 2011).

⁷ Responsável por assumir e comandar a seleção brasileira durante as eliminatórias para Copa do Mundo de 1970, João Saldanha, foi um importante e polêmica figura da história brasileira. As discussões que envolvem Saldanha, se dão após uma série de conflitos do então técnico da seleção com o presidente da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), João Havelange, e com o poderoso líder militar, o general Emílio Garrastazu Médici. No início do ano 1970, após ter classificado a seleção para o torneio mundial, João Saldanha foi exonerado do cargo, pois não teria aceitado interferências políticas no seu trabalho por parte dos dirigentes. Contudo, há quem conteste tal versão, inclusive o próprio Saldanha, e atribua o desligamento do treinador às concepções político ideológicas do mesmo, que desde 1930, era membro e ativista político ligado ao Partido Comunista Brasileiro, fato esse que

Figura 1 – “Pra frente com os feras”



Fonte: **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano 41, n.48, nov. 1969. p. 33.

A reportagem difundida pela revista *O Cruzeiro* – figura 1⁸ –, em 27 de novembro de 1969, nos fornece um retrato bastante claro de como se deu essa parceria entre a CBD e instituições privadas, neste caso, a rede de postos combustíveis SHELL. A ideia era, assim como os filmetes produzidos pela AERP/ARP – citados anteriormente (cap. 3) – capturar o máximo possível de cidadãos e

teria desagradado membros do regime. No texto, “O João sem medo e as onze feras”, Sebastian Knoth discute a repercussão social destes conflitos e impacto político do caso há época (KNOTH, 2019).

⁸ O texto da campanha dizia: O Brasil inteiro está nesta jogada. Você não pode ficar por fora. Passe no seu Posto Shell e coloque no seu carro o adesivo da CBD autografado pelas feras. É o símbolo oficial do Comitê Nacional Pró Seleção Brasileira. Só assim você estará colaborando com o time do João.

transforma-los em partícipes ativos na campanha brasileira, torcedores que não mais limitar-se-iam ao papel de meros coadjuvantes ao processo, mas que, assim como os jogadores e membros da comissão, seriam os grandes protagonistas da jornada rumo ao tricampeonato. Tal estratégia pode ser percebida, inclusive, no texto propagandístico, segundo o qual “o Brasil inteiro está nesta jogada. Você não pode ficar por fora”. Aderir à campanha seria, inclusive, o “único” modo de ajudar a seleção, visto que “só assim você estará colaborando com o time do João” (FICO, 1997).

Percebe-se que a todo momento, ora mais, ora menos, a propaganda suplicava pelo desejo de autoidentificação popular pautada em representantes e símbolos que, por sua vez, compartilhavam similitudes com todo o restante do povo brasileiro, sem distinções de qualquer natureza, fossem elas de gênero, classe, etnia, entre outras. Pelo contrário: em certa medida, era principalmente a diferença que nos aproximava enquanto iguais.

Tanto que a ilustração do jogador que se encontra como figura central da imagem, embora, em primeiro momento, possa ludibriar o leitor a uma leitura equivocada em relação a mensagem contida na propaganda, transparecendo a falsa sensação de que aquela imagem seria uma mera causalidade ou, quando muito, uma simples opção estética dos criadores, na verdade, possui um significado bastante representativo do sentido social do futebol à época e do encantamento que se tinha para com as personalidades futebolísticas que permeavam e impactavam o imaginário coletivo do brasileiro. O jogador da logomarca, apesar da ausência de qualquer expressão facial, é uma clara referência ao craque da seleção canarinha, Pelé, jogador que à época marcara seu milésimo gol como profissional – 19 de novembro de 1969 –, e tornava-se o maior símbolo esportivo e político do país, o nosso "Rei".

Ao alcançar essa marca inédita até aquele momento, o poder midiático e propagandístico representado por Pelé impulsionava mundialmente a suposta excelência do ser brasileiro: sua beleza, plasticidade, alegria e improviso, tão característicos dessa terra, manifestavam-se dentro de campo, embora sua constituição apriorística se desse fora dele, fruto de um povo unido e de um Estado eficiente, aprazível, estável (MAGALHÃES, 2014).

Figura 2 – A festa do rei



Fonte: ALBUQUERQUE, J. L.; PORTILHO, R. A festa do rei. Manchete, Rio de Janeiro, ano 18, n. 924, p. 12-19, jan. 1970. p.12-13.

O evento noticiado à época como “A Festa do Rei” reflete exatamente essa estima e veneração a qual passou-se a cultuar em torno de Pelé. Mais do que simplesmente um bom jogador como tantos outros que haviam passado pelos gramados brasileiros até aquele momento, Pelé era nitidamente diferente de qualquer esportista de outrora. Era único com a bola nos pés, parecia ter sido agraciado por Deus com um talento raro, desfilava em campo com a elegância e primor tal qual a de um membro da realeza, digno da coroa e do *status* real, o que fez com que seus súditos não medissem esforços para homenageá-lo com uma festa ao nível da vossa majestade. A cerimônia comemorativa do milésimo gol de Pelé foi marcada pela

⁹ A matéria de João Albuquerque e Rey Portilho acompanha o seguinte texto:” O rei teve a festa que merecia. Pela mão de Simonal, ele apareceu na metade da noite de paletó e gravata, sorrindo e acenando para plateia, gigantesca e ruidosa. A festa dos mil gols teve uma plateia de festival (em coloride animação) aberta pelos mutantes e encerrada pelo próprio Simonal, mais uma vez com *Cidade Maravilhosa*. Era a mesma plateia diante da qual Pelé sempre se sentiu mais à vontade do que em sua casa. Mas antes de chegar a hora desse encontro, muita coisa aconteceu, inclusive uma saudação em que ele foi chamado de “um dos homens mais importantes do mundo”. Em sua honra, um coro de 30 mil vozes cantou: ‘nós temos um rei/e craque café/brincando com a bola/ que craque ele é!’”

presença de mais de mais 30 mil pessoas que cantaram e se emocionaram ao se verem diante do rei brasileiro (KNOTH, 2019).

Se em outros lugares do mundo a festa de um rei seria marcada pela ausência e o distanciamento da plebe em relação à nobreza, com o nosso rei, o rei Pelé, a configuração era outra. Todos estavam convidados a participar da celebração real e com o rei festejar, haja vista que a segregação entre os “cidadãos brasileiros”, fosse ela de qualquer natureza, não era um traço característico da nossa brasilidade, como afirmavam cotidianamente as peças propagandística da época. Portanto, mais uma vez, a glória esportiva de Pelé era afirmação da excelência brasílica, de um povo unido, alegre, sem qualquer tipo de discriminação ou preconceito, lugar aonde até mesmo um rei poderia ser um homem do povo.

Também é importante ressaltarmos outros elementos que se destacam na imagem do ponto de vista propagandístico, por exemplo: a logomarca da campanha “pra frente com as feras”, que novamente aparece como elemento coesivo do futebol com a população. Se o intuito principal da campanha era aproximar torcedores e seleção, a festividade cumpria essa função com maestria, de maneira muito mais íntima e pessoal; os torcedores, naquele instante, pareciam estar com diálogo direto com “a fera”.

Do mesmo modo, a presença do cantor Wilson Simonal também é um componente bastante representativo na imagem. Simonal foi um dos maiores e mais importantes artistas brasileiros durante as décadas de 1960 e 1970, chegando a rivalizar em número de fãs e de discos vendidos com grandes cantores da música popular brasileira, como Roberto Carlos, Caetano Veloso e Elis Regina. Contudo, nesta mesma época, “após um caso ainda hoje bastante polêmico, a imagem de Wilson Simonal seria associada à pecha de informante e colaborador do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), temível braço operativo do regime”(MORAIS, 2016, p. 36). Sendo o cantor um antigo militar das forças armadas e aliado de figuras importantes do regime, suas aparições em festividades de caráter nacional representavam exatamente a face “positiva” da ditadura, aquela à qual os militares buscavam alimentar e solidificar como espelho da nação. Porém, as ações torpes de Simonal envolvendo casos de torturas fizeram com que sua carreira de grande sucesso caísse no ostracismo e no esquecimento, tal como viria a acontecer com o regime (MORAIS, 2016).

De volta aos gramados, à medida em que o tempo passava, o número de propagandas e campanhas de caráter ufanista/nacionalista por parte dos órgãos estatais só aumentavam, e com elas a euforia e agitação dos brasileiros em torno da competição. Quando a Copa foi iniciada, no dia 31 de maio de 1970, o domínio da seleção canarinha tornou-se avassalador. O Brasil terminou a primeira fase do campeonato com 3 vitórias em 3 jogos e um total de gols 8 marcados e 3 sofridos, desempenho esse que fez com que as expectativas para a fase “mata-mata” só aumentassem (GUTERMAN, 2006).

No jogo das quartas de final, a vitória do Brasil em cima da seleção peruana se deu de maneira relativamente simples: a seleção verde e amarela venceu o jogo pelo placar de 4x2 e se classificou para as semifinais, com gols marcados por Rivelino, dois de Tostão e Jairzinho decretou o resultado final (GUTERMAN, 2006).

O jogo da semifinal, sem sombra de dúvidas, foi o mais tenso e também o mais esperado pelos brasileiros. O reencontro com os rivais uruguaios após 20 anos da derrota brasileira na final da Copa de 1950, conhecida como “Maracanazo”, adquiriu tanto antes quanto depois da partida um tom de revanchismo por parte dos brasileiros, principalmente pelos impactos simbólicos representados pela memória histórica da derrota na final em solo brasileiro. Portanto, mais do que um jogo eliminatório, a disputa com o conhecido rival era uma nova oportunidade de reescrever a história nacional (MARCZAL, 2011).

O “troco” brasileiro, desta vez, não se deu de maneira tão simples quanto contra os peruanos. A seleção brasileira passou a maior parte do primeiro tempo da partida atrás do marcador; somente aos 45 minutos da primeira etapa que o empate veio, com o gol de Clodoaldo. Na volta do intervalo, o Brasil claramente voltou melhor do que o rival Uruguai, conseguindo desempatar com gol de Rivelino, e logo depois encerrando o placar com gol de Jairzinho (GUTERMAN, 2006).

Rememorar a derrota de 1950 extrapolava as alegrias de vencer o atual confronto e um antigo rival. Na verdade, a vitória reacendia a tradição nacional com o esporte: a alegria, o improviso, as grandes quantidades de dribles tão característicos dos brasileiros e da identidade nacional. A revista Placar apresentou esse reencontro dos jogadores com sua essência de jogar futebol, através da charge “Brasil 70 3 x 1 Uruguai 50”, onde o futebol-força se rendia definitivamente ao futebol-arte (MARCZAL, 2011).

Figura 3 – Brasil 70 3 x 1 Uruguai 50



Fonte: HENFIL. Brasil 70 3 x 1 Uruguai 50. Placar, São Paulo, n. 15, p. 35, jun. 1970

Na figura 3, percebe-se que contra a alegria e a habilidade dos brasileiros, reagiam os uruguaios com ofensas (“Sangue de barata”, “frouxos”, “maricas”, “não-homens”) e violências (socos, pontapés, cusparadas, etc.). Aqui, o modo de jogar futebol da Seleção é tido não só como motivo de orgulho dos brasileiros, mas também causador de inveja e raivas por partes dos rivais. A imagem sátira traz uma clara demonstração de autoafirmação e valorização do povo brasileiro em seus traços tão característicos e singulares: a beleza, o prazer e a felicidade em jogar futebol, tal como uma obra de arte cujo apreço social se dá em função de sua exclusividade, ou seja, de sua “brasilidade”. Nega-la seria como negar a si mesmo, daí parte do apelo popular pelo esporte.

Na grande final, o desempenho brasileiro, mais uma vez, não deixou a desejar. De forma espetacular, os brasileiros superaram a seleção italiana pelo placar de 4X1, com gols de Pelé, Gerson, Jairzinho e Carlos Alberto, sagrando-se os grandes campeões do torneio e os primeiros Tricampeões Mundiais.

4.3 Salve a seleção

O tricampeonato brasileiro, inédito até aquele momento, foi motivo de muito orgulho e animação por parte da população, que novamente vibrou e exaltou o orgulho nacional. Contudo, diferentemente dos títulos anteriores, os festejos daquelas conquistas tomaram novos contornos perante o povo. Segundo Chauí:

Nas comemorações de 1958 e de 1970, a população saiu às ruas vestida de verde e amarelo ou carregando objetos verdes e amarelos. Ainda que, desde 1958, soubéssemos que “verde, amarelo, cor de anil / são as cores do Brasil”, os que participaram da primeira festa levavam as cores nacionais, mas não levavam a bandeira nacional. A festa era popular. A bandeira brasileira fez sua aparição hegemônica nas festividades de 1970, quando a vitória foi identificada com a ação do Estado e se transformou em festa cívica (CHAUÍ, 2001, p. 32).

Isto demonstra, cada vez mais, como a imagem do Brasil dentro de campo estava diretamente associada ao regime militar, onde a vitória do primeiro, necessariamente, correspondia ao êxito do segundo. É claro que a propaganda possui papel primordial nesse nexos relacional. Além de reafirmar a consolidação das aspirações de grandeza do regime, a força midiática estabeleceu uma série de mitos e dispositivos que fortificavam a relação de identificação e pertencimento dos brasileiros através do entranhamento uniforme das noções de povo, nação e governo, fundada no interior do imaginário coletivo nacional, cujo principal alvo era o predicado afetivo de cada cidadão (FICO, 1997).

Sem dúvidas o maior exemplo que podemos identificar da persuasão midiática é a marchinha “Pra frente Brasil”, canção locomotiva da propaganda do Estado e que se tornou símbolo da conquista de 1970 até os dias de hoje. Composta pelo jornalista Miguel Gustavo (letra) e pelo trompetista Raul de Souza (melodia), a música enfatiza a união nacional dos brasileiros, ressaltando, sobretudo, o papel do torcedor e sua participação colaborativa para a seleção na jornada rumo ao título:

Noventa milhões em ação
Pra frente, Brasil
Do meu coração

Todos juntos vamos
Pra frente, Brasil
Salve a Seleção!

De repente é aquela corrente pra frente

Parece que todo o Brasil deu a mão
 Todos ligados na mesma emoção
 Tudo é um só coração!
 Todos juntos vamos

Pra frente Brasil, Brasil Salve a Seleção!
 Todos juntos vamos
 Pra frente Brasil, Brasil
 Salve a Seleção! (Os incríveis, 1970).

Após o tricampeonato, a música foi exaustivamente difundida nos diversos meios de comunicação e passou a integrar o cotidiano dos brasileiros nas diferentes celebrações, como o carnaval, festas cívicas ou manifestações públicas que, de alguma forma, possuíssem vínculo com o poder estatal (MAGALHÃES, 2014).

Em todos os versos, percebe-se que o autor opta por uma linguagem simples e acessível a qualquer público, o que facilita tanto a compreensão dos ouvintes quanto a transmissão desses para outros compatriotas – princípio da simplificação (cap. 3). Através dela, o futebol é tido como um canal de diálogo e aproximação entre todo o conjunto nacional, cujos interesses convergem para um horizonte comum: tornar o Brasil uma potência mundial, sem deixar, é claro, de aludir as ações e as figuras ligadas aos poderes do Estado que proporcionou tal ambiente social de desenvolvimento; no trecho “todos ligados na mesma emoção” retoma-se exatamente essa concepção de progresso que se situa com o advento da televisão a cores.

Por outro lado, se o principal intuito da marchinha foi promover o nacionalismo por meio da seleção brasileira de futebol, identificando os verdadeiros cidadãos nacionais, o recado para aqueles que se opunham à normativa nacionalista também é bem claro. Acompanhando a marchinha, o que se tem é uma luta ideológica do “nós” (brasileiros nacionalistas) contra “eles” (opositores ao regime), uma disputa que também se solidifica em termo propagandísticos com a campanha militar “Brasil: Ame ou deixo-o”, a qual, embora tenha sido encomendada e produzida no interior da OBAN (Operação Bandeirantes), teve seu uso político extremamente vinculado a AERP (SANTIN, 2015). Ou seja, aqueles que não estivessem alinhados com a perspectiva política do Regime, automaticamente, eram traidores da pátria, portanto, não eram dignos de conviver em território brasileiro.

Outro ponto importante de destacar em torno da canção é seu contexto de produção. Apesar de ter ficado extremamente vinculada ao regime militar e às campanhas propagandísticas produzidas pelos órgãos do Estado, a música, na

verdade, é fruto de um concurso televisivo patrocinado por uma cervejaria que buscava canções que pudessem incentivar e impulsionar a campanha brasileira durante a Copa do Mundo. Demais parceiros empresariais como a Esso, Souza Cruz, Gillette e a, desde então, onipresente Rede Globo, também fizeram parte do apoio financeiro da marchinha, o que, é claro, contribuiu bastante para sua repercussão e impacto midiático (BITTENCOURT, 2018).

Com isso, percebe-se que a música “Pra frente Brasil”, assim como o campo midiático esportivo como um todo, possuíam funções ideológicas bem delimitadas e um tanto quanto evidentes, desde o processo de criação das peças propagandísticas até a sua interação com o indivíduo e seu cotidiano. A música era tida como uma expressão popular; neste sentido, o time parecia jogar com a música e a música era um reflexo do time. Daí a memória afetiva que, até os dias de hoje, reserva-se a seleção brasileira de 1970 e ao cântico pátrio, uma manifestação “fidedigna” da brasilidade e do amor de todos os cidadãos por seu país (BITTENCOURT, 2018).

Em aspecto comparativo, a historiadora Marilena Chauí também nos traz contribuições importantíssimas a respeito da marchinha. Segundo a mesma:

Em 1958, quando a seleção brasileira de Futebol ganhou a Copa do Mundo, músicas populares afirmavam que a copa o mundo é nossa porque com brasileiro não há quem possa”, e o brasileiro era descrito como “bom no couro” e “bom no samba”. A celebração consagrava o tripé da imagem da excelência brasileira: café, carnaval e futebol. Em contrapartida, quando a seleção, agora chamada de “Canarinha”, venceu o torneio mundial em 1970, surgiu um verdadeiro hino celebratório, cujo início dizia: “Noventa milhões em ação/ Pra frente, Brasil, do meu coração”. A mudança do ritmo - do samba para a marcha -, a mudança do sujeito - do brasileiro bom no couro aos 90 milhões em ação - e a mudança do significado da vitória - de “a copa do mundo é nossa” ao “pra frente, Brasil” não foram alterações pequenas (CHAUÍ, 2001, p. 31).

Ou seja, a música também reflete um novo momento político, econômico e ideológico do país que se instaura a partir do golpe militar. Se em 1958, o Brasil vivia sob a ideologia desenvolvimentista promovida pelo governo de Juscelino Kubistchek, na qual se fazia necessário que o país viabilizasse o fortalecimento das indústrias nacionais, da promoção do mercado interno, e que incentivasse a “vinda do capital internacional como condição preparatória para, conseguido o desenvolvimento, competir com ele em igualdade de condições” (CHAIU, 2001, p.31), em 1970 a estratégia era completamente diferente. Sob a doutrina do “Brasil Grande”, ou a

chamada “integração nacional”, acompanhada de uma massiva repressão do Estado após o AI-5, o desenvolvimento brasileiro durante o regime militar voltava-se, basicamente, para o mercado estrangeiro. Rodovias nacionais, cidades monumentais, campanhas propagandísticas e demais símbolos desse suposto desenvolvimento possuíam um único objetivo: atrair o grande capital internacional (CHAUÍ, 2001).

Deste modo, a marchinha, antes de mais nada, é um reflexo sonoro dos *modus operandi* adotados pelos militares. Outras canções como "Eu Te Amo, Meu Brasil" (1970) – Os incríveis"; "Ninguém Segura Mais Este País" (1970) – As damas; e “Salve, Salve, Brasileiro” (1971) - Eduardo Araújo, possuem todas basicamente os mesmos objetivos políticos-ideológicos: fomentar o nacionalismo, ressaltar a beleza da nossa “brasilidade” e criar uma concepção nacional de unidade.

Por fim, nota-se que o setor propagandístico esportivo, apesar de não sofrer grandes censuras por parte do regime, foi amplamente aparelhado e surrupiado do ponto de vista ideológico, por uma articulação entre empresas privadas e o regime militar, tendo em vista a legitimação governamental e um novo horizonte comercial expansionista, que passava, sobretudo, pela criação de um ambiente ufanista de desenvolvimento a partir do futebol, que ocultasse as ações coercitivas por parte do Estado ditatorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, neste breve ensaio tentamos discutir parte da formação da história do futebol em território brasileiro, com ênfase na questão do pertencimento e identidade dos brasileiros que se concebe através do esporte, sobretudo durante os torneios de Copa do Mundo. Se, por vezes, o Brasil é tido como país do futebol, principalmente em função dos títulos e do modo de jogar dos brasileiros, percebemos ao longo do trabalho que tal concepção não se deu por acaso, mas parte de uma conjuntura política, econômica e social que inventou esse Brasil.

Embora a gênese histórica do entrelaçamento do futebol com a política date de tempos pretéritos, durante a Ditadura Civil-Militar essa aliança tomou novos contornos que, até os dias de hoje, marcam a relação entre futebol, povo e Nação. À época, o esporte que já se apresentava como o mais popular do mundo, após a tomada do poder pelos militares, passou a atuar como uma das principais frentes ideológicas de sustentação e legitimação do regime. Tendo em vista o conturbado contexto político enfrentado pelos militares, sobretudo após o AI-5 (1968), o futebol se apresentava aos militares como principal instrumento estratégico, ao passo que o sucesso dentro de campo assegurava uma certa estabilidade política ao regime, bem como pavimentava caminhos para a construção de uma imagem positiva do mesmo.

Neste sentido, as ações repressivas do Estado autoritário acabavam, em certa medida, sufocadas pela conjuntura ufanista e nacionalista a qual foi sendo construída em torno do futebol e tudo que envolvia esse universo. Através dos veículos de comunicações e dos órgãos de propaganda do Estado, o regime militar não só camuflou as práticas coercitivas tão presentes durante o período, como também potencializou sua própria estrutura governamental a partir de uma concepção desenvolvimentista do país e de um nacionalismo específico que, sobretudo, tinha como pilares centrais o crescimento econômico e o êxito esportivo conquistado em 1970 no México.

Para o futuro, é possível ampliarmos a pesquisa, tendo em vista a identificação de diferentes frentes de atuação que trabalhavam no sentido contrário aos interesses governamentais abordados neste trabalho, ou seja, ainda em termo gramsciano, seria uma investigação cujos atores políticos não se destinam à formação hegemônica, mas para o questionamento *contra-hegemônico*, colocando em cheque a própria função

social da Copa do Mundo e do futebol, tendo em vista o papel por ele desempenhado na solidificação do autoritarismo e da Ditadura Civil-Militar.

REFERÊNCIAS:

- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo-SP, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/mQtGPDfjR85HxSSLtmgCzbM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 out. 2022.
- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, C. D. **Quando é dia de futebol**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BARRETO, T. V. Gilberto Freyre e o futebol-arte. **REVISTA USP**, São Paulo-SP, n. 62, p. 233-238, ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.23169036.v0i62p233-238>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13357/15175>. Acesso em: 29 maio 2022.
- BIANCHI, Á. **O laboratório de Gramsci**: Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2018.
- BITTENCOURT, J. **“Pra Frente Brasil”, a linda marchinha que nos envergonha e emociona até hoje**. 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2018/6/15/pra-frente-brasil-linda-marchinha-que-nos-envergonha-emociona-ate-hoje-31801.html>. Acesso em: 12 out. 2022.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- D'ÂNGELO, H. Juca Kfourir: 'O futebol é a outra face da política'. **Revista Cult**, São Paulo, 10 out. 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/juca-kfourir-futebol-politica/>. Acesso em: 29 maio 2022.
- FICO, C. **Reinventando o Otimismo**: Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, C. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.
- GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: O caso da copa de 1970. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOEVELER, R. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [s.l.], ano 4, n. 5, p. 145-159, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792/6715>. Acesso em: 05 nov. 2022.

KNOTH, Sebastian. O João sem medo e as onze feras: *Warum und wie der Journalist und bekennende Kommunist João Saldanha 1969 Trainer der Seleção wurde*. **Revista FuLiA**, [s.l.], v.4, n.3, p.81-96, set./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2526-4494.4.3.81-96>. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/fulia/article/view/16284>. Acesso em: 05 nov. 2022.

LACORTE, R. Homem coletivo. In: LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário Gramsciano(1926-1937)**. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 383-384.

MAGALHÃES, L. G. **Com a taça nas mãos**: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MARCZAL, E. S. **“O Caneco É Nosso”**: Futebol, Política e Imprensa entre 1969 e 1970. 2011. 347f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/ErnestoMarczal.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

MATOS, H. H. G. de. O discurso político oculto na comunicação do governo Medici. **Líbero**, [s.l.], v. 6, n. 12, p. 54-64, 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001456466>. Acesso em: 05 nov. 2022.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

RIBEIRO, A. P. G.; ROXO, M.; SACRAMENTO, I.; **História da televisão no Brasil**: do início aos dias de hoje. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, A. T. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SANI, G. Propaganda. In BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SANTIN, E. P. **Palavras em Ação, Pra Frente Brasil**: Análise de cinco slogans governamentais da Ditadura Militar brasileira (1964-1985). 2015. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Curso de Comunicação Social: Propaganda e Publicidade, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em:
file:///C:/Users/Windows%2010/Pictures/000987844.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo**: uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SILVA, D. M. M. da. **Futebol e Cultura visual**: a construção da figura do craque. Marcos Carneiro de Mendonça e Leônidas da Silva (1910–1942). 257 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21022020-171827/publico/2019_DianaMendesMachadoDaSilva_VCorr.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

SOMACAL, V. V. Esportes e Relações internacionais: um estudo de caso sobre o futebol italiano durante o período fascista. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE DA SERRA GAÚCHA, 3, 2015. **Anais do Congresso de Pesquisa e Extensão da Faculdade da Serra Gaúcha**. [S.]: Unisc, 2015, p.1518–1533. Disponível em:
<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/550/1/Gabriella%20Azeredo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

VICO, G. **A Ciência Nova**. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo: Record, 1999.